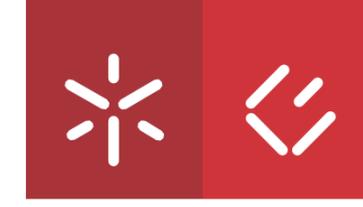


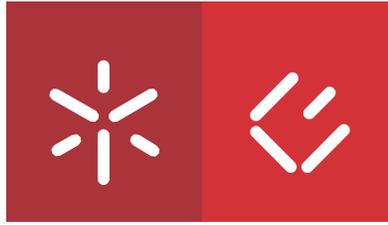


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Mariana Gonçalves de Carvalho

Os abusos cometidos pelos Capacetes Azuis
nas missões de paz da ONU: O caso de
MINUSTAH e MONUSCO





Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Mariana Gonçalves de Carvalho

Os abusos cometidos pelos Capacetes Azuis nas missões de paz da ONU: O caso de MINUSTAH e MONUSCO

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Relações
Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação de

Professora Doutora Maria do Céu Pinto Arena

Outubro de 2022

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>

Agradecimentos

Queria agradecer a todos os docentes do Curso de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade do Minho por todo o apoio e dedicação que puderam partilhar nestes últimos dois anos de ensino.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria do Céu Pinto Arena, pelo carinho e todo o auxílio que depositou durante a criação deste trabalho. Agradeço todo o seu incansável esforço e apoio na elaboração da minha dissertação final.

Aos meus amigos de longa data e colegas de curso pelas experiências que podemos vivenciar, pela imensa alegria que me deram nos momentos de festejo e pelo apoio nos momentos mais difíceis de desespero. Que atinjam tudo o que mais desejam.

À minha irmã Joana que me sempre ajudou e aconselhou durante toda a minha vida pessoal e académica. Foste sempre um grande apoio e espero que consigas conquistar os teus maiores sonhos.

E por fim, um enorme obrigada à minha querida mãe que é a minha grande inspiração, sempre me auxiliou em tudo durante toda a minha vida, nunca deixou de acreditar em mim e me motivou a querer fazer sempre mais. Agradeço o enorme carinho e esforço que fez, e continua a fazer para que seguisse o meu sonho.

A todos, o meu mais sincero obrigada!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Os abusos cometidos pelos Capacetes Azuis nas missões de paz da ONU: O caso de MINUSTAH e MONUSCO

Resumo

A promoção da paz sempre foi um dos pontos cruciais levada a cabo pela Organização das Nações Unidas, ao longo dos seus anos de existência. Desde a sua criação, a ONU tem vindo a exercer várias estratégias que facilitaram o fim de alguns conflitos armados, como também o impedimento de novas guerras. A organização consolida a promoção da cooperação internacional, auxiliando na restauração da paz e apoio a países convertidos em cenários de guerra. Este desenvolveu um conjunto de operações com o propósito de acabar com os conflitos, restabelecer a paz e a segurança, como também a ajuda humanitária a países em clima de guerra. O principal objetivo da presente dissertação é compreender de que forma as várias ações tomadas pela Organização das Nações Unidas e seus atores internacionais moldaram o funcionamento das operações de manutenção da paz levadas a cabo pela instituição. Seguindo o estudo sobre o modelo teórico institucionalista e umas das suas vertentes, neste caso o institucionalismo feminista procurou-se analisar o porquê do aumento de crimes de abuso e exploração sexual por parte dos capacetes azuis nestas operações de paz. Foram selecionados as respetivas missões de manutenção de paz realizadas no Haiti, designada por MINUSTAH e na República Democrática do Congo (MONUSCO) como casos de estudo, pois demonstram os inúmeros relatos de crimes de abuso e exploração sexual por parte dos capacetes azuis. Sendo assim, é importante mencionar quais foram as estratégias adotadas pela ONU para acabar com o aumento de denúncias de abuso e exploração sexual por parte dos seus trabalhadores, e se foram bem-sucedidas. A análise da presente investigação tem como período temporal o ano de 2004 a 2017.

Palavras-chave: Abuso e exploração sexual; Capacetes azuis; Estratégias adotadas; Operações de manutenção da paz; Organização das Nações Unidas.

The abuses committed by the Peacekeepers in UN peacekeeping missions: The case of MINUSTAH and MONUSCO

ABSTRACT

The promotion of peace has always been one of the crucial points pursued by the United Nations throughout its years of existence. Since its inception, the UN has been carrying out various strategies that have facilitated the end of some armed conflicts, as well as preventing new wars. The organization consolidates the promotion of international cooperation, assisting in the restoration of peace and support to countries converted into war scenarios. It has developed a set of operations to end conflicts, restore peace and security, as well as humanitarian aid to war-based countries. The main objective of this dissertation is to understand how the various actions taken by the United Nations and its international actors have shaped the operation of peacekeeping operations carried out by the institution. Following the study on the institutionalist theoretical model and one of its aspects, in this case feminist institutionalism sought to analyze why the increase in crimes of sexual abuse and exploitation by the blue helmets in these peace operations. The respective peacekeeping missions carried out in Haiti, known as MINUSTAH and the Democratic Republic of Congo (MONUSCO) were selected as case studies, as they demonstrate the numerous reports of crimes of sexual abuse and exploitation by peacekeepers. Therefore, it is important to mention the strategies adopted by the UN to end the increase in allegations of sexual abuse and exploitation by its workers, and whether they were successful. The analysis of this research has as time period the year 2004 to 2017.

Keywords: Sexual abuse and exploitation; Peacekeepers; Strategies adopted; Peacekeeping operations; United Nations.

Índice

Introdução	11
Contextualização e Justificativa	11
Estado da arte	12
Pergunta de Investigação	16
Metodologia	17
Estrutura da tese	18
Capítulo I - Enquadramento teórico	20
1.1. A Teoria Institucionalista	20
1.1.1. As operações de paz da ONU e o Institucionalismo	25
1.2. O Institucionalismo Feminista	27
Capítulo II – As Operações de paz e as suas problemáticas	31
2.1. Origem e evolução das missões de paz da ONU	31
2.2. Terminologia das missões de paz.....	35
2.3. Críticas às missões de paz da ONU.....	36
2.3.1. A problemática da imunidade dos capacetes azuis	38
Capítulo III - O caso de MINUSTAH e MONUSCO	41
3.1. A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).....	41
3.1.1. O problema dos abusos sexuais na MINUSTAH	44
3.2. A Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO)	48
3.2.1. Os casos de abuso e exploração sexual na MONUSCO	50
Capítulo IV - A resposta da ONU aos casos de AES	54

4.1. As estratégias adotadas pela ONU	54
Conclusão	62
Bibliografia	73
Fontes primárias.....	73
Fontes Secundárias	74

Índice de Siglas

AES - Abuso e Exploração Sexual

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti

MONUSC - Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo

MONUSCO - Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo

ONU - Organização das Nações Unidas

RDC - República Democrática do Congo

TCC - Países Contribuintes de Tropas

Índice de Gráfico inseridos no texto

Gráfico 1.1-Número de alegações de abuso e exploração sexual na MINUSTAH, 2007-2017	46
Gráfico 1.2-Medidas adotadas pelos Estados e pelas Nações Unidas no âmbito da MINUSTAH, 2010-2017.....	47
Gráfico 1.3-Medidas adotadas pelas Nações Unidas no âmbito da MINUSTAH, 2010-2017	47
Gráfico 2.1-Número de alegações de abuso e exploração sexual na MONUSC, 2007-2010.....	51
Gráfico 2.2-Número de alegações de abuso e exploração sexual na MONUSCO, 2010-2017.....	52
Gráfico 2.3-Medidas adotadas pelos Estados e pelas Nações Unidas no âmbito da MONUSCO	53
Gráfico 2 4-Medidas adotadas pelas Nações Unidas no âmbito da MONUSCO, 2010-2017.....	53

Introdução

Contextualização e Justificativa

A promoção da paz sempre foi um dos pontos cruciais levada a cabo pela Organização das Nações Unidas, ao longo dos seus anos de existência. Desde a sua criação, a ONU tem vindo a exercer várias estratégias que facilitaram o fim de alguns conflitos armados, como também o impedimento de novas guerras. A organização consolida a promoção da cooperação internacional, auxiliando na restauração da paz e apoio a países convertidos em cenários de guerra. Este desenvolveu um conjunto de operações com o propósito de acabar com os conflitos, restabelecer a paz e a segurança, como também a ajuda humanitária a países em clima de guerra. É então idealizado, o Departamento de Operações da Paz (DPO) com a realização da primeira operação de manutenção da paz de 1948 no Médio Oriente. Porém, em 1992 é criado o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) aquando da presidência do cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas por Boutros Boutros- Ghali (Branco, 2003).

Existem diferentes tipos de terminologias utilizados pela ONU para descrever as várias atividades de paz e segurança, sendo eles prevenção de conflitos ou *conflict prevention*, *peacemaking*, a imposição da paz ou *peace enforcement*, operações de construção da paz (*peacebuilding*) e as missões de manutenção da paz (*peacekeeping*). No entanto, esta investigação utilizará a terminologia missões de paz, como também se irá debruçar com maior ênfase às missões de manutenção da paz (*peacekeeping*), pois de acordo com as Nações Unidas as operações de manutenção da paz comprovaram a sua eficácia no auxílio a países com dificuldades a chegar à paz interna (Pinto Arena, 2019).

O presente trabalho de investigação tem como objetivo proceder a uma abordagem da evolução das operações de paz das Nações Unidas, analisar os vários crimes cometidos pelos capacetes azuis nas várias missões levadas a cabo pela Organização das Nações Unidas no século XXI, e conseqüentemente quais as ações tomadas pela organização e outros elementos internacionais. A pesquisa tem como delimitação temporal o período de 2004 a 2017. Desde o ano de 2004 já foram reportados mais de mil casos de violência sexual envolvendo os vários *peacekeepers* da ONU.

A decisão de elaborar uma pesquisa mais profunda sobre a temática apresentada surge no reconhecimento dos vastos problemas existentes nestas missões de paz. O interesse pessoal

pela problemática surgiu no descobrimento de relatórios feitos sobre os vários crimes cometidos durante a elaboração das operações. A presente tese procura conhecer a realidade passada e presente, bem como os desafios vigentes das missões de paz da Organização das Nações Unidas.

Estado da arte

Existe uma vasta literatura acerca da temática das missões de paz, a sua origem, os constantes abusos cometidos pelos capacetes azuis e conseqüentemente as suas fragilidades.

Antes de mais, é importante realçar a origem e evolução das missões de paz, demonstrados nos trabalhos de Colares (2010), Faganello (2013), Florio, Piacentini e Pinto (2017), Peter (2019) e Sarjoon e Yusoff (2019), que destacam a sua importância no reconhecimento da segurança da ONU. Colares (2010) afirma que a criação das Nações Unidas facilitou o sistema de segurança coletiva internacional, pois a organização centra-se na questão da paz e segurança internacionais. As Nações Unidas promove a paz mundial com a utilização de mecanismos diplomáticos e instrumentos de sanção, seja militar ou não, contra Estados e ameaças à comunidade internacional. Assim mesmo, surgem as operações de paz. Os autores enfatizam que estas operações não carecem de uma referência direta na Carta das Nações Unidas. No entanto, as missões de manutenção da paz continuam a ser um instrumento de promoção da paz levada a cabo pela organização. Faganello (2013) reforça a teoria de Colares ao apresentar os diferentes tipos de operações de manutenção da paz. Primeiramente menciona que as missões durante o período de fundação da ONU até ao fim da Guerra Fria eram essencialmente militares, traduzindo-se para operações de manutenção da paz tradicionais. Estas missões enviavam militares e soldados armados para supervisionar e promover a instauração de acordos entre os Estados em conflito. Esta tese é sustentada por Florio, Piacentini e Pinto (2017) que reafirmam que as primeiras missões eram de natureza militar.

Após a Guerra Fria e o conseqüente surgimento de conflitos intraestaduais, as missões de paz passaram a ser operações multidimensionais. Faganello admite que a natureza dos novos conflitos, como também o aumento do sentimento de promoção da democracia e dos direitos humanos pela comunidade internacional, resultou nessa mudança. Pois os Estados

“viam as missões de paz como um instrumento eficiente” para acabar com as divergências (Faganello, 2013, p. 65).

O aparecimento de conflitos étnicos, religiosos e culturais sustentaram um maior esforço por parte da ONU para a sua solução, adotando novas medidas organizacionais para as missões de paz. Com o fim da Guerra Fria os países em desenvolvimento passaram a vivenciar conflitos onde o sistema de paz e segurança era nula, e as violações dos direitos humanos eram constantes. Estes Estados passam, então, a ser palco de operações de manutenção da paz multidimensionais. Estas missões utilizam pessoal militar, como também civis e especialistas, que promovem a paz, os Estado de Direito, os direitos humanos e asseguram assistência às vítimas do conflito (Sarjoon e Yusoff, 2019).

Para o bom funcionamento das missões de paz, Faganello (2013) sugere que estas não se devem limitar a um único instrumento de promoção da paz, a atuação conjunta de mecanismos de prevenção de conflitos, *peacemaking*, *peacekeeping*, *peace enforcement* e *peacebuilding* consegue obter um melhor resultado. A grande problemática apontada por Faganello é que o mecanismo de *peacekeeping* continua a ser mais utilizada que os restantes, ignorando as causas para a existência de conflitos. A investigação de Florio, Piacentino e Pinto (2017) apoia este argumento, revelando que a maioria das missões de manutenção da paz levadas a cabo pela ONU só estão focadas no cenário pós-conflito, rejeitando a utilização de medidas preventivas. Peter (2019) sustenta o argumento, referindo que as missões têm de se adaptar ao ambiente geopolítico do conflito, impedindo o fracasso das operações. O posicionamento de Sarjoon e Yusoff (2019) é um pouco diferente, assumindo as falhas das missões de manutenção da paz, contudo apresentam que estas facilitam o desaparecimento de conflitos, demonstrando assim a sua eficácia na resolução de conflitos.

Não existe uma forma clara de medir a eficácia das operações de manutenção da paz. Contudo, a presença de *peacekeepers* é largamente positiva nos propósitos estabelecidos pelas missões. As forças de paz tendem a ser enviados para os casos mais difíceis, onde os países demonstram perspectivas de alcance da paz menores antes da missão de manutenção da paz (Howard, 2019). A presença de *peacekeepers* corresponde ao número de desenvolvimentos positivos, como por exemplo a diminuição de vítimas civis, diminuição das mortes militares e a redução do conflito. Govinda Clayton e Han Dorussen (2021) validam esta posição, referindo que a mediação na resolução de conflitos tem uma ligação com a utilização de capacetes azuis, ou seja, os *peacekeepers* também podem contribuir para a eficácia das tentativas de mediação.

A manutenção da paz importa para a mediação, pois ajuda os Estados em conflito a chegar a um acordo. A manutenção da paz também permite que atores políticos não violentos, como as organizações da sociedade civil, se tornem relevantes, o que resulta na criação de um contexto mais propício à mediação (Clayton e Dorussen, 2021).

No entanto, as missões de manutenção da paz continuam a demonstrar as suas fragilidades no que toca ao seu funcionamento. Ao longo dos anos são reportados inúmeros casos de abuso e exploração sexual nestas operações. Muitos desses crimes são perpetrados pelos capacetes azuis, pessoal que deveria apoiar a população local, auxiliando a sua integração social num sistema pós-conflito. Contudo, em alguns casos isso não se verifica.

São vários os estudos que abordam a questão dos crimes de abuso sexual nas missões de paz e a sua prevalência. Muitos autores debruçam-se no tópico da explicação para a existência de abuso e exploração sexual no ambiente destas operações. Autores como Higate (2007), Defeis (2008), Grady (2010), Nordas e Rustad (2013), Karim e Beardsley (2016), Westendof e Searle (2017) e Hernandez (2020) apresentam uma explicação para predominância deste problema.

Estes afirmam que a continuidade de crimes de abuso e exploração sexual nas operações de manutenção da paz da ONU é devido ao facto da falta de estabilidade nos países afetados por graves conflitos, onde o estado de direito está ausente, a dificuldade económica é persistente. Por consequência os capacetes azuis são vistos como amigáveis, resultando num maior aproveitamento do poder sobre a população local.

Elizabeth Defeis (2008) reafirma esta posição, adiantando que a maior parte do pessoal a trabalhar nestas missões são homens, o que culmina numa “cultura machista” que facilita o desencadear destes crimes. Muitos destes soldados se protegem uns aos outros, ocultando os casos de abuso e exploração. Com uma posição semelhante, Higate (2007) alerta para a existência de uma “masculinidade militarizada”, no qual pode provocar uma caracterização destes casos por comuns, resultando na minimização destes.

Para Grady (2010) os crimes de abuso sexual começaram a ter predominância devido ao desenvolvimento da globalização e consequentemente o desenvolvimento de outras economias globais. O financiamento de armas a grupos rebeldes emergentes causaram uma procura do poderio militar para alcançar poder económico e político. Estes grupos usam a exploração sexual, tráfico de humanos, drogas, prostituição de mulheres e crianças para

aumentarem a sua riqueza. Nordas e Rustad (2013) apoiam este argumento, referenciando que os casos de abuso acontecem muitas das vezes em cenários de hostilidade, onde a vítima é, na sua maioria, desvalorizada por parte do agressor. Outro fator apresentado por Nordas e Rustad é a aceitação social do comportamento do agressor, onde não se verifica consequências. Estes afirmam que o contexto das missões de paz pode gerar um ambiente propício ao abuso.

Com uma posição semelhante a de Grady e Higate, Karim e Beardsley (2016) admitem que o papel da cultura masculina influencia a predominância de crimes de abuso sexual nas operações. Elas são maioritariamente conduzidas por militares e soldados, onde se vigora aspetos sociais patriarcais. Neste sistema, os homens têm um maior domínio sob as mulheres, resultando numa manifestação abusiva. Karim e Beardsley afirmam que o problema da prevalência dos abusos e exploração sexual nas missões de manutenção da paz tem bases em aspetos de masculinidade militarizada e o patriarcado.

Westendorf e Searle (2017), tal como Hernandez (2020) têm uma posição similar aos restantes autores. O ambiente de militarização masculina aumenta a predominância de crimes sexuais. Westendorf e Searle comprovam esse argumento ao demonstrar que os militares são os responsáveis pelo maior número de casos de abusos e exploração sexual, do que os trabalhadores civis. Ambos reafirmam que “*deliberate militarization of masculinity within armies as a training mechanism produces sexually violent behaviours, which goes some way towards explaining this form of violence*” (Westendorf e Searle, 2017, p. 369).

Hernandez na sua investigação sustenta que as situações de desigualdade e ambientes de pós-conflito proporcionam um aumento destes crimes.

Outro problema referido por Defeis, no seu estudo, acerca da falta de ações sobre estes crimes e apoiado por diversos investigadores é a questão da imunidade que vários membros da ONU gozam, contribuindo assim para a cultura da impunidade. Para Faganello (2013) a questão da imunidade também é uma problemática, porém esta recorda que os *peacekeepers* estão sujeitos à jurisdição do estado anfitrião no caso de crimes cometidos nesse mesmo território. Se um dos soldados da paz cometer algum crime fora das suas funções oficiais, este deixará de gozar da imunidade funcional. Nos casos de abuso e exploração sexual, sendo elas graves violações dos direitos humanos, os capacetes azuis não estarão imunes à jurisdição penal do país de acolhimento da missão.

Na visão de Racsomány (2014), a responsabilização criminal dos militares dos contingentes nacionais deveria ser melhorada e alargada ao projeto da ONU. A autora afirma que os militares dos contingentes nacionais envolvidos em operações de paz da ONU são fornecidos por Estados e continuam em serviço nacional, mesmo quando lhes é atribuída uma missão internacional de paz. Caso não aconteça com os funcionários da organização que carecem de um contrato com a mesma e pessoal civil voluntário. Por outro lado, Jennings (2017) reitera que os *peacekeepers* suspeitos terem cometido crime durante a missão são punidos de forma administrativa, ou seja, são suspensos, investigados internamente, extraditados e em último recurso demitidos. As sanções criminais são raramente aplicadas. Estes soldados são protegidos por uma imunidade funcional, onde as proteções são concedidas por governos nacionais.

Freedman (2018) fundamenta a tese de Racsomány e Jennings reafirmando que o pessoal civil das operações requerem de dois tipos de imunidade, a pessoal e funcional. A imunidade pessoal tem como função proteger o indivíduo de todos os problemas legais, e quem o reclama são os funcionários de alto nível da ONU, como o Secretário-Geral, chefes das missões de paz, etc. Já a imunidade funcional é fornecida aos outros trabalhadores, protegendo-os de processos judiciais enquanto estão em funções oficiais (Freedman, 2018, p. 966). A autora expõe os problemas devido à aplicação das imunidades, classificando-as como frágeis. Uma vez que, as investigações da ONU começam por perceber se a imunidade funcional é aplicável ao caso, pois chegam a concentrar-se mais na questão de saber se existe provas suficientes para cooperarem com as autoridades locais. Freedman afirma o quão problemático isto é, pois esta ação fornece uma proteção aos criminosos do que um tratamento contra as alegações.

Pergunta de Investigação

O objetivo deste trabalho de investigação começa por efetuar uma análise tendo por base a pergunta de investigação, sendo ela: *As reformas efetuadas pela ONU foram suficientes para diminuir os crimes de abuso e exploração sexual por parte dos capacetes azuis nas missões de paz?* A pergunta de investigação poderá ter diferentes tipos de resposta, primeiramente as operações de paz foram desenvolvidas na base de um sistema de segurança universal, que perpétua a promoção da paz mundial, utilizando soluções pacíficas e

instrumentos de sanção contra os Estados que ameaçam a comunidade internacional. Outra hipótese plausível como resposta à questão é que a cooperação entre os vários Estados na questão da segurança e paz internacionais não são suficientes para resolver futuros conflitos, nem melhorar a vulnerabilidade presente nessas missões. Começa-se, então, por efetuar uma abordagem sob uma das teorias das relações internacionais, mais concretamente o Institucionalismo, também designado por Institucionalismo Liberal ou Neoliberalismo. O auxílio desta teoria passa por responder à pergunta de investigação sobre se as mais diversas ações tomadas pelas Nações Unidas e outras organizações internacionais contra os crimes perpetrados pelos capacetes azuis asseguram o bom funcionamento das missões de manutenção da paz e resultaram na diminuição desses mesmos.

Metodologia

Este projeto utiliza uma abordagem qualitativa, de aspeto interpretativista, visto que visa compreender os significados do fenómeno, em vez de os explicar no seu propósito. Essa explicação tem em conta um conceito social. A sua natureza é teórica, aprofundando conceitos e propondo discussão em torno do tópico a desenvolver. A tradição interpretativa centra-se, exclusivamente em acontecimentos históricos concretos, que podem ser pontuais e repetitivos. O seu foco é inevitavelmente “perspetiva e empírico, porém atencioso ao significado socialmente construído e aplicado” (Taniguchi, 2014, p.54). Os fenómenos sociais são intrinsecamente significativos, e esses significados são perpetuados pelos entendimentos que os atores sociais lhes dão. Estes só podem ser entendidos ao revelar os significados que os constituem, requerendo uma melhor compreensão do ponto de vista do indivíduo social.

A abordagem qualitativa abrange uma pluralidade de pontos de vista epistemológicos e teóricos e pressupõe uma grande variedade de técnicas e uma multiplicidade de objetos pesquisados. Tradicionalmente, os métodos qualitativos têm sido usados em várias disciplinas que estudam como as coisas são, como por exemplo, a observação dos participantes na antropologia cultural, no qual documenta as crenças e prática de grupos específicos (Hamilton e Finley, 2019).

Esta será concluída com o recurso a dois tipos de fontes distintas, as fontes primárias, tais como documentos e *sites*, documentos oficiais e relatórios, assim como fontes secundárias

sendo eles na sua maioria livros, capítulos de livros, artigos científicos dos autores e monografias sobre a temática apresentada.

Estrutura da tese

A dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma. Inicia-se com a introdução do tema, procurando expor os objetivos principais da investigação, a pergunta que serviu de ponto de partida para a sua análise, a revisão da literatura, que tem por base os trabalhos pertinentes sobre o tema em causa, o quadro teórico aplicável e por fim a metodologia. Após a apresentação do tema, o primeiro capítulo dedicar-se-á ao modelo teórico e seus conceitos sobre as questões subjacentes, de modo a compreender a vulnerabilidade das missões, base da problemática que se deseja investigar. O modelo teórico escolhido é o Institucionalismo, onde a autora começará por abordar o nascimento desta teoria e quais os seus autores mais importantes que revalidaram o institucionalismo como uma das maiores teorias das Relações Internacionais. Mais à frente, no mesmo capítulo, a autora da presente dissertação complementarará o modelo teórico original com apresentação do conceito feminista. Ou seja, a utilização da visão feminista demonstra quais são as fragilidades regentes na problemática apresentada.

O segundo capítulo mencionará uma contextualização e discussão sobre as operações de paz das Nações Unidas. Apresentando a origem das operações de paz e a sua evolução ao longo do tempo. Dentro deste capítulo irá ser apresentado os diferentes tipos de terminologias utilizados pela ONU para descrever as várias atividades de paz e segurança, sendo eles prevenção de conflitos ou *conflict prevention*, *peacemaking*, imposição da paz ou *peace enforcement*, operações de construção da paz (*peacebuilding*) e por fim as missões de manutenção da paz (*peacekeeping*). Neste capítulo será fornecida a informação necessária ao leitor para conseguir compreender melhor o problema em estudo e a sua pertinência. Este mesmo capítulo abordará a questão da imunidade e impunidade que vários trabalhadores da organização possuem, demonstrando assim a incapacidade da atribuição de responsabilização criminal, produzindo fragilidades na eficácia das missões de paz.

O terceiro capítulo é o capítulo mais longo de toda a dissertação, pois se destinará à apresentação dos casos de estudo que a autora escolheu investigar, sendo eles as missões de manutenção de paz efetuados no Haiti e na República Democrática do Congo. No mesmo

capítulo é efetuado uma análise aos vários abusos cometidos pelos capacetes azuis nas operações, auxiliando-se da apresentação de gráficos que facilitam a compreensão dos leitores para esta problemática.

Já o capítulo seguinte expõe as várias ações implementadas pela ONU como resposta aos crimes durante a escala temporal em análise destinada à investigação. Este capítulo será essencial para que seja possível responder a todas as questões que têm vindo a ser levantadas ao longo da investigação, nomeadamente as estratégias utilizadas pela ONU para combater os abusos cometidos nas missões conseguirem reduzir esse aumento.

A dissertação terá uma conclusão onde irá ser possível elaborar um resumo de toda a investigação, como também a formulação de respostas a que chegamos através da análise possibilitando responder à pergunta de investigação que orientou todo o trabalho de pesquisa. Para além da conclusão, a investigação conta com a presença de uma vasta bibliografia e referências bibliográficas que foram utilizadas ao longo da dissertação e ainda um espaço de anexos caso se justifique a utilização dos mesmos.

Capítulo I - Enquadramento teórico

1.1. A Teoria Institucionalista

Neste capítulo, a autora da presente dissertação pretende demonstrar como e porquê as instituições são importantes para a vida política e internacional. Mais concretamente, trata-se de compreender como o comportamento dos atores políticos é condicionado pelos contextos institucionais em que estes atuam. Como disciplina, as Relações Internacionais teve sem a capacidade de afirmar que o estudo do poder e as instituições têm estado no centro das suas preocupações. As instituições são importantes, porque, como entidades, fazem parte do sistema político internacional e porque a governação ocorre, na maioria das vezes, através de instituições. Estas são consideradas imprescindíveis porque moldam o comportamento político e a tomada de decisões. As instituições exercem o seu poder, impulsionando o aparecimento de recursos institucionais nas lutas políticas e nas relações de poder entre Estados.

Muitos são os estudos que analisaram o poderio de diversas instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas a União Europeia e outros regimes institucionais, que auxiliaram na regulação de relações económicas entre Estados, o ambiente ou o comércio internacional.

De acordo com Stephen Bell (2005) a razão pela qual as instituições importam é que as leis, os costumes e as práticas estabelecidas nos contextos institucionais e organizacionais podem desempenhar um papel importante na formação do comportamento dos indivíduos (Bell, 2005, p.1).

Posto isto, a utilização deste modelo teórico visa responder à pergunta de investigação desta investigação, sobre se as mais diversas ações tomadas pelas Nações Unidas e outras organizações internacionais contra os crimes perpetrados pelos capacetes azuis asseguram o bom funcionamento das missões de manutenção da paz e se conseguiram acabar com esses mesmos crimes.

Não é possível abordar a teoria institucionalista sem mencionar o seu antecessor teórico, o Neoliberalismo. O institucionalismo é habitualmente considerado parte da teoria liberal, no qual uma das suas vertentes é o institucionalismo neoliberal. Aqueles que estudaram as organizações internacionais na pós-Segunda Guerra Mundial foram denominados por liberais. Pois, muitos

concentraram-se na cooperação dos Estados, sendo esta a base de novos acordos internacionais no clima pós-Segunda Guerra.

O conceito neoliberal sugere a sua própria definição, no qual o neoliberalismo é um renascimento do liberalismo. Esta definição sugere que o liberalismo, enquanto ideologia política, tem estado ausente das discussões políticas e da elaboração de políticas durante um período de tempo, apenas para emergir mais recentemente de forma reencarnada.

O estudo acerca das organizações internacionais desenvolveu-se principalmente no século XX, com grande influência de processos históricos como, a criação da ONU após a Segunda Guerra, e o grande ativismo das organizações internacionais no final da Guerra Fria. O que foi identificado como uma característica típica do pensamento liberal nas relações internacionais é o foco no progresso e na cooperação, em contraste com visões realistas concentradas no poder e nos conflitos (Zachara, 2019).

De acordo com Herz e Hoffman (2004), as organizações são atualmente a forma mais institucionalizada de realizar cooperação internacional, com contribuições significativas que ajudam a manter a governança global. A partir da década de 1970 e o fim do conflito bipolar, as organizações internacionais passaram a adquirir um papel central na política internacional, e um maior destaque nos estudos das Relações Internacionais. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o campo das organizações internacionais sofreu mudanças significativas, resultando na alteração de termos usados para a caracterizar.

Em geral, e consolidado com as mudanças na ciência política, o seu subcampo tornou-se menos normativo e mais teórico. O que começou como o estudo de organizações internacionais e integração regional tomou uma reviravolta no início da década de 1980, resultando na apresentação de uma nova denominação teórica, o institucionalismo neoliberal.

Precursor da teoria institucionalista neoliberal nas relações internacionais, Robert Keohane (1984), com uma abordagem menos pessimista acerca das interações dos Estados, afirma que, mesmo com as dificuldades de se estabelecer acordos, dadas as limitações do sistema internacional, não deve ser desvalorizado o potencial existente para a realização da cooperação, que pode ser concretizada por instituições internacionais. Nesse sentido, a teoria supõe que os atores possuem interesses comuns e isto leva à escolha da cooperação entre si.

Segundo Keohane, a cooperação deduz a existência de um conflito real em consonância com a perseguição de interesses próprios pelos atores estatais. A cooperação requer ocorrência de valores dos Estados, num processo de coordenação de políticas em que o comportamento de um ator é visto como compatível com a promoção dos objetivos do outro (Keohane, 1984, p.51-52). A cooperação é facilitada pelas instituições de regimes internacionais, que constituem um conjunto de princípios, normas e procedimentos de tomada de decisão.

Os neoliberais fizeram contribuições intelectuais focando-se em organizações e instituições internacionais. As organizações ou instituições internacionais podem desempenhar funções de monitorização, garantindo que os seus atores estão a cumprir os termos dos compromissos.

Desde o fim da década de 1990, Keohane desenvolveu uma versão mais ampla da teoria institucionalista liberal, com o propósito de abordar os vários tipos de questões que são levantadas pelas mudanças atuais na política mundial. Keohane vê o liberalismo como, acima de tudo, uma teoria que destaca a ação e escolha humana, no entanto ele demarca-se da posição central da teoria liberal aquando da associação do liberalismo com a paz (Richardson, 2008).

O teórico critica o modelo existente na tomada de decisões nas maiores instituições internacionais, isto é, o controlo informal por alguns Estados-Membros.

Os defensores do neoliberalismo afirmam que o neoliberalismo intensifica a competência de comprar e vender com o argumento de que as políticas neoliberais reduzem o incentivo do poder administrativo. Além disso, o neoliberalismo encoraja o comércio livre entre as nações, consequentemente este impulsionou a troca de informações sociais e culturais em todo o mundo (Saleh, Danwanzam e Stephen, 2019).

A teoria institucionalista é muito eficaz quando aborda a questão da cooperação no campo das instituições internacionais, argumentando com maior destaque e de maneira normativa que as instituições têm o potencial de se tornar facilitadoras de cooperação. Segundo Keohane (1993), as grandes hegemonias geram regimes que, por sua vez, estimulam a cooperação no sistema internacional. No entanto, este afirma que as instituições não geram a paz total. Argumentando que a cooperação pode ser um veículo de estabilidade e de probabilidade menor de conflito, mas não a paz.

Apesar de muitos dos seus teóricos reconhecerem as várias limitações da teoria, é na discussão sobre as suas conquistas que os institucionalistas concordam sobre a importância da

cooperação e das instituições internacionais na promoção da paz no paradigma internacional. Keohane e Martin fundamentam esta posição:

“Instituições podem facilitar a cooperação ajudando na resolução de conflitos distribucionais e assegurando aos Estados que ganhos serão igualmente divididos com o passar do tempo, por exemplo através de revelação de informação sobre as capacidades militares de membros de alianças.” (Keohane e Martin, 1994, p. 45-46)¹

Só recentemente a questão de saber por que razão as operações de manutenção da paz das Nações Unidas assumem a forma que fazem, tornou-se uma grande preocupação na literatura das Relações Internacionais. Muitos autores afirmaram que afastamento no debate sobre as operações e o seu propósito. Existia uma falta de aproximação entre a literatura das relações internacionais e as missões, tal como menciona Pugh (2003) “*there was a limited attention paid to the role and purpose of peace operations from within the intellectual context of International Relations theory*” (Pugh, 2003, p.104).

As missões de manutenção da paz tem frequentemente usado teorias das Relações Internacionais para fomentar a sua credibilidade, no entanto a sua aplicação tem sido muitas vezes implícita e não explícita. Contudo, recentemente verifica-se uma mudança no seu paradigma, ou seja, o vasto interesse pela manutenção da paz como tema de desenvolvimento e avaliação das teorias de relações internacionais, despertou em grande parte os cientistas políticos. Pois o investimento na manutenção da paz tem sido gerado por recursos políticos dos Estados-membro, de organizações internacionais e de atores da sociedade civil (Oksamytna e Karlsrud, 2020, p.2-3).

As instituições internacionais auxiliam os Estados a desenvolver os seus próprios interesses e alargar a cooperação entre eles. O cumprimento das regras destas organizações desencoraja o aumento dos interesses nacionais, enfraquecendo a soberania do Estado (Keohane and Nye, 1977). Este argumento é então, perpetuado na base do institucionalismo liberal. Os institucionalistas liberais acreditam que a cooperação do Estados pode e deve ser organizada nas instituições. Estes afirmam que a cooperação entre Estados pode ser reforçada sem que haja um ator principal a impor o cumprimento de acordos.

¹ Traduzido pela autora de: “Institutions can facilitate cooperation by helping to settle distributional conflicts and by assuring states that gains are evenly divided over time, for example by disclosing information about the military expenditures and capacities of alliance members” (Keohane e Martin, 1994, p. 45-46).

Os institucionalistas demarcam-se dos neorrealistas e neoliberais, pois acreditam que as relações internacionais não precisam de ser um jogo de poder entre os diferentes Estados, pois a cooperação pode apresentar benefícios comuns entre os Estados (Burchill, 2005).

Muitos institucionalistas liberais reconhecem as várias fragilidades da cooperação entre Estados, nomeadamente quando as suas resoluções são insuficientes. Contudo, na maioria dos casos, essa cooperação é necessária em ambientes fustigados pelo terrorismo e conflitos (Burchill, 2005).

Existiu uma viragem na teoria institucionalista, onde os novos institucionalistas se demarcam dos antigos estudiosos da teoria. O cenário pós segunda guerra mundial demonstrou uma certa desconcentração para com as instituições, realçando que o comportamento político e as fontes de poder políticas eram perpetuadas através de relações informais fora das instituições internacionais. O foco deslocou-se um pouco do Estado e das organizações para a centralização da sociedade e do comportamento político individual (Bell, 2005).

Os comportamentos individuais moldaram os princípios das instituições, descredibilizando o seu processo político de cooperação. Muitos institucionalistas argumentaram que as instituições eram “*empty shells to be filled by individual roles, statuses and values.*” (Bell *apud* Shepsle, 1989).

No entanto, o novo institucionalismo opõe-se ao “comportamentalismo” referido no parágrafo acima, e nos argumentos do institucionalismo velho. A grande diferença entre o velho e o novo institucionalismo é que o foco em atores individualizados é substituído por atores institucionais. As instituições proporcionam aos atores um conjunto de incentivos comportamentais, bem como regras normativas que moldam não só o comportamento, mas também as preferências de cada um (Bell, 2005).

Na ciência política surgiram duas escolas diferentes de nova análise institucionalista. Um é chamado de a abordagem de escolha racional, a outra é denominada por institucionalismo histórico.

A abordagem racional da escolha, como o nome indica, assume que os atores são racionais. Estes são, predominantemente individualistas e egoístas. Os seus principais motivos são assumidos como autointeresse. Os estudiosos da escolha racional argumentam que instituições são construídas por atores individuais para fins racionais e que os atores individuais se envolvem

para mudar e moldar os ambientes institucionais de acordo com os seus próprios objetivos (Bell, 2005).

Em contraste com a abordagem de escolha racional, a metodologia institucionalista histórica é indutiva, não dedutiva. Além disso, ao contrário da escolha racional onde os atores questionam como podem aumentar a sua utilidade numa situação, a questão principal de uma perspectiva institucionalista histórica é "qual é a resposta apropriada a esta situação dada a minha posição e responsabilidades?"² (Bell, 2005 *apud* Koeble, 1995).

O institucionalismo histórico utiliza a sua metodologia indutiva e os modelos de racionalidade e preferência dos atores, e pressupostos abstratos, resultando em observações empíricas cuidadosas. É necessário especificar o conteúdo de tal comportamento estratégico e compreender, através de análises empíricas historicamente baseadas, e por que razão determinados objetivos são pressupostos sobre outros.

Em suma, a hipótese que essa teoria nos deixa é a de que, potencialmente, o poder dissuasor das operações de paz da ONU pode vir a ser uma ferramenta importante na busca pela paz e cooperação no sistema internacional.

1.1.1. As operações de paz da ONU e o Institucionalismo

As operações de paz da Organização das Nações Unidas são, a principal ferramenta da organização para a gestão dos conflitos e promoção da segurança e paz internacionais.

Nesta secção, a autora dedica-se primeiramente, à utilização do modelo teórico em consonância com as operações de paz realizadas pelas Nações Unidas. Presta-se uma análise mais detalhada da teoria e a sua importância no funcionamento destas missões. O texto é auxiliado com a apresentação dos mais importantes autores, que demonstram a relevância do institucionalismo nas operações de paz da ONU e respetivas críticas. Seguindo essa apresentação, na segunda secção do capítulo investiga-se os pressupostos da visão feminista do institucionalismo, e conseqüentemente sobre as operações de manutenção de paz.

² Tradução livre de: "what is the appropriate response to this situation given my position and responsibilities?" (Bell, 2005 *apud* Koble, 1995).

De acordo com Pedro Mendes (2019), a teoria do institucionalismo concentra-se na possibilidade de cooperação entre os Estados causado pela defesa dos seus interesses. Os institucionalistas acreditam que através das instituições, entidades desenvolvidas por determinadas regras, normas e decisões que influenciam os Estados a agir de certa forma, é possível ultrapassar os desafios da cooperação. O institucionalismo demarca-se do realismo, pois no realismo as instituições não têm prioridade, já o institucionalismo insiste que as instituições são atores decisivos, facilitadores da eficiência nas relações entre os atores envolvidos, e estas moldam o comportamento político dos Estados.

Segundo Sven Steinmo (2008), a criação de uma instituição internacional com base em interesses comuns, onde os Estados podem tornar-se membros, resultaria na diminuição de conflitos entre Estados, aumentando assim a cooperação em assuntos como a segurança coletiva e a permanência da paz. O autor faz referência aos diferentes tipos de institucionalismo, sendo eles a escolha racional, o institucionalismo sociológico e por fim institucionalismo histórico. O primeiro argumenta que os seres humanos são individualistas racionais, pois medem os custos e benefícios das suas escolhas. As instituições são importantes porque moldam o comportamento estratégico do indivíduo. Visto que os humanos são seres estratégicos que desejam aumentar o seu ganho pessoal. Já os institucionalistas sociológicos vêem os seres humanos como seres sociais, ou seja não são racionais nem egoístas. Para os sociólogos, as instituições delimitam a maneira como as pessoas vêem o mundo e não tanto as regras estabelecidas. Estas são importantes, pois as regras são normas sociais que controlam a vida quotidiana e a interação social. Por último, o institucionalismo histórico posiciona-se entre as duas posições anteriores, argumentando que os seres humanos são da mesma forma seguidores e cumpridores das regras, como também atores racionais com interesses próprios.

A história é muito importante para os institucionalistas, uma vez que conseguem perceber que o contexto histórico tem consequências diretas nas tomadas de decisão. Para os institucionalistas históricos, o comportamento ocorre em concordância com as particularidades sociais, políticas, económicas e culturais.

Porém, ainda existem diversas críticas à teoria institucionalista. Como já foi referido anteriormente, para os institucionalistas os Estados e os seus cidadãos acabam por optar por seguir os valores e regras das instituições, no qual é possível alcançar a paz. Contudo, os mais críticos argumentam a existência de uma certa incoerência, ou seja, os Estados liberais acabam por não interferir nem combater uns com os outros, mas sim intervir ou lutar com os Estados não liberais.

Designando isto de universalismo incompleto. Tana Johnson e Andrew Heiss (2018) suportam esta posição, referindo que na busca pela paz tem existindo uma forte imposição dos valores liberais ocidentais e das instituições democráticas a Estados não liberais. Colocando assim em risco o institucionalismo.

Esta vulnerabilidade encontra-se espelhada nas operações de paz levadas a cabo pelas Nações Unidas e outras organizações. Elas só podem ser realizadas quando existe consentimento do estado que se encontra em conflito, e a maioria das missões são realizadas em Estados que não regem ou detêm de valores liberais. Causando assim, dificuldades acrescidas na luta contra o fim do conflito.

Mas muitas foram as operações de paz que tiveram resultados satisfatórios. Para Ana Fortes (2018) a imposição desses valores liberais, como a democratização e a liberdade económica, proporcionou às missões de paz alcançarem os seus objetivos. Garantindo a resolução do conflito, a construção de políticas e sociedades de cunho liberal, e a propagação dos direitos humanos em países que não possuíam isso.

Kseniya Oksamytna e John Karlsrud (2020) argumentam que a evolução das operações de manutenção da paz muito se deve à teoria institucionalista. Isto é, as operações de paz podem ser vistas como uma instituição natural, onde as suas reformas institucionais impulsionam a mudança. O envolvimento num conflito por parte de uma organização regional ou internacional intensifica a probabilidade da existência de uma missão de manutenção da paz levada a cabo pelas Nações Unidas (Oksamytna e Karlsrud, 2020 *apud* Mullenbach, 2005).

Para além da existência da pergunta de investigação norteadada, outras questões também começam por surgir tais como, será a questão da imunidade e eventual responsabilidade criminal uma causa para o aumento de abusos cometidos pelos capacetes azuis? A cultura de masculinidade provoca o enfraquecimento e fragilidade das missões de paz? Caso existam estratégias para suprimir os casos de abuso, serão elas suficientemente eficazes para que haja um maior engajamento dentro da organização?

1.2. O Institucionalismo Feminista

Como foi referido nos pontos anteriores, um dos problemas encontrados nas operações de manutenção da paz é a cultura machista. Isto é, ainda existem desigualdades de género entre os

valores de participação por gênero por parte dos capacetes azuis. Na sua maioria são homens, o que provoca o aumento de crimes de abuso e exploração sexual. Muitos autores afirmam que mais mulheres são precisas nas operações de paz para estas poderem alcançar a igualdade de gênero. No entanto, muitos argumentam que as ações elaboradas pelas Nações Unidas na integração de mais pessoal feminino nas operações não diminuem o aparecimento de relatos de abuso por parte dos soldados da paz. Olivera Simic (2013) sustenta esta tese, reafirmando que é esperado dos capacetes azuis femininos assumir a responsabilidade de prevenir os abusos sexuais e proteger as mulheres locais. Contudo, a responsabilidade pela prevenção, responsabilização e processo de julgamento de atos de violência sexual cometidos pelos soldados, deve estar a cargo dos países contribuidores e não exclusivamente do pessoal feminino.

Pretende-se aqui averiguar se a premissa do institucionalismo feminista aplica-se ao trabalho de investigação, mais concretamente, no que diz respeito ao desenvolvimento institucional, utilizando o gênero como reflexão (Thomson, 2018).

É possível verificar que o institucionalismo feminista permitirá compreender as estratégias tomadas pela ONU na reestruturação das operações de paz, uma vez que o institucionalismo feminista demonstra as fragilidades do ideal masculino que geralmente domina a política e a sociedade. O institucionalismo feminista preocupa-se com a emergência da inovação e como a mudança pode ser aplicada dentro das instituições, garantindo assim um melhor funcionamento (Thomson, 2018).

A escolha deste quadro teórico é adequado ao presente estudo, uma vez que se pretende explicar as diferentes estratégias desenvolvidas pelas Nações Unidas de forma a mitigar os constantes relatos de abusos e exploração sexual atribuídos aos soldados da paz, representando uma reestruturação e mudança que a instituição sofreu. As Nações Unidas é a instituição com mais relevância no paradigma internacional, que tem a capacidade e jurisdição de propor resoluções eficazes cujo principal objetivo é a promoção da paz, o fim de conflitos e de desigualdades sociais. O institucionalismo feminista presta atenção às relações de poder de gênero, radicalizadas e classificadas.

A relação entre a teoria institucional e feminista é considerada nos trabalhos de Waller e Jennings (1990; 1999; 2005). As metodologias de ambas as teorias convergem em tópicos importantes, como a consideração de fatores culturais e sociais representativos de opressão contra

o feminino. De acordo com estes autores, essa convergência metodológica entre as teorias é elemento necessário e suficiente para a criação de um “feminismo institucionalista”.

Esta teoria demonstra a importância das instituições políticas dentro das sociedades pós-conflito. O trabalho da teoria explora como o discurso político e as suas práticas têm adaptado a composição de gênero das instituições políticas. Os institucionalistas feministas também exploram como os conflitos têm efeitos negativos nos diferentes gêneros, como por exemplo a violência, e como estes transformam a natureza de gênero no paradigma internacional e pessoal (Thomson, 2019).

A teoria contribui para este tipo de argumentos, reconhecendo que as ideias que constituem nações e instituições são inevitavelmente gênero. Muitas dessas ideias estão associadas à exclusão da mulher e à presença masculina, como também aos estereótipos que cada gênero detém nas sociedades. Isso pode afetar como lidamos com diferentes fenômenos sociais, e por consequência têm um impacto na vida individual dos homens e mulheres (Whitworth, 2004).

Nas situações de conflitos e violência, essas ideias e suposições são permanentes. As mulheres e os homens podem ser vítimas do conflito e da violência política, no entanto têm posições distintas. As mulheres têm sido retratadas como vítimas primárias do conflito, já os homens têm um papel de agentes e atores do conflito. Tal como refere Sandra Whitworth:

“women are seldom viewed as having held public power prior to the emergence of conflict, or as having served as combatants (...) they are usually ignored when formal peace processes begin and normally excluded from disarmament, demobilization, and reintegration (DDR) programs (...) Men, by contrast, are presumed to have held power and decision-making authority prior to the emergence of conflict and have been combatants and instigators of the conflict itself.” (Whitworth, 2004, p.27).

É, então importante para os teóricos feministas analisar como esses pressupostos sobre o papel do gênero condicionam o papel das operações de manutenção da paz e suas legitimações.

O gênero, de acordo com a teoria feminista, é uma construção social que afeta a forma como ambos os sexos pensam e agem (Carver et al. 2003, p.289-290). Como foi referido anteriormente, a forma como os indivíduos se comportam está diretamente relacionada com as suas concepções de gênero. Joshua Goldstein argumenta que o gênero – homens e mulheres- pode ser e deve ser empregado nas Relações Internacionais para entender questões de guerra "no mundo real" entre Estados.

As identidades masculinas tornam-se híper-masculinas devido às interações militares, no qual influenciam como os homens agem. A militarização resulta de mentalidades de grupo e do desejo de demonstrar a sua masculinidade através de conquistas sexuais. (Higate, 2007, p.101). É aqui que se torna visível a problemática das missões de paz da ONU, quando militares se tornam *peacekeepers* e recorrem a comportamentos agressivos em situações que se requer paz. Os capacetes azuis dispõem de uma posição de poder, económica e socialmente perante a população local.

De acordo com o posicionamento de Vega e Haley Nelson (2006) existe uma grande ligação entre a presença militar durante e o pós-conflito e os casos de exploração sexual de mulheres. As mulheres sofreram os vários tipos de abuso sexual à mão de soldados, tendo aumentado nos recentes anos. Esta problemática é dramática, pois pouco ou nada é feito para evitar a situação. Muito dos comandantes das operações de manutenção da paz afirmam que “*peacekeepers purchasing sex is in the interest of the mission and a soldier's right*”. (Vega e Haley Nelson *apud* Medelson, 2006). Muitos dos crimes de abuso e exploração sexual nas operações de paz da ONU são silenciados pelos próprios atores intervenientes no conflito, consequentemente muitas das vítimas têm receio de denunciar tais crimes a que são sujeitas.

Para os teóricos feministas o género é relacional. Esta conceção de género como uma relação de poder proporcionou uma base sólida para a luta feminista, uma vez que as mulheres como um grupo partilhavam um interesse comum, desafiar a ordem de género existente e as relações de poder. Hoje em dia, os teóricos deixam de homogeneizar o género, reconhecendo que existem diferenças nos grupos sociais. As relações de género deixaram de ser uma questão de identidade. Este encontra-se incorporado e reproduzido dentro das instituições e das práticas sociais (Steans, 2013).

Posto isto, a perspetiva feminista é importante para entender a problemática recorrente das operações de manutenção da paz da ONU. As teorias feministas oferecem novas informações sobre o comportamento dos Estados e as necessidades dos indivíduos, nomeadamente no sistema internacional. Essa perspetiva ajudaria a alcançar aspetos que ainda não são considerados na política internacional e na tomada de decisões, como a segurança humana e introduzir uma visão mais humanitária.

Capítulo II – As Operações de paz e as suas problemáticas

O presente capítulo começa por abordar a origem e evolução das missões de paz da ONU. Fornecendo assim uma contextualização acerca das operações, apresentando as suas principais características tanto no modelo tradicional do período Guerra Fria quanto na formação de novos modelos internacionais que passaram a surgir no contexto pós Guerra Fria. A primeira secção presta uma análise mais detalhada da evolução das missões de paz levadas a cabo pelas Nações Unidas, realizadas logo a seguir à Segunda Guerra Mundial.

Dentro da mesma secção, aborda-se a transformação dessas operações que se viram obrigadas a alterar os seus parâmetros originais, com a mudança do sistema internacional. Ou seja, o contexto internacional pós Guerra Fria modificou com o aparecimento de novos atores internacionais e consequentemente o aumento de conflitos intraestatais. A Organização das Nações Unidas passou a ter um destaque mais importante no paradigma global, e a busca pela paz e segurança internacionais era indispensável. Logo a seguir, é apresentado na segunda secção as várias terminologias utilizadas pela ONU para descrever as várias atividades de paz e segurança.

Após uma ampla contextualização acerca do que são e como atuam as operações de paz, a última secção deste capítulo apresenta uma série de problemáticas e críticas relacionadas com estas.

2.1. Origem e evolução das missões de paz da ONU

Ao longo dos anos, as missões de paz ou missões de manutenção de paz passaram a ser um instrumento fulcral da comunidade internacional, que tem como base o afastamento de conflitos, e a diminuição de ameaças à paz e segurança internacionais. Desde a primeira missão de paz da ONU no ano de 1948, a organização realizou mais de 70 operações do mesmo calibre em todo o mundo (United Nations Peacekeeping, s/d).

É importante denotar que o sistema internacional modificou ao longo dos anos e com isso as operações de manutenção da paz também sofreram alguns ajustes. A Organização das Nações Unidas foi criada para se tornar num sucessor da falhada Liga das Nações pelos países aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Com o fim do conflito, e conseqüente destruição de várias

regiões, os líderes internacionais reconheceram a importância da existência de uma organização internacional.

É, então fundada a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 por cinco Estados signatários, sendo eles a França, Reino Unido, China, Rússia e Estados Unidos da América. Atualmente, conta com 193 Estados-membros, e o seu principal objetivo é unificar todas as nações do mundo em prol da paz e do desenvolvimento. “Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz (...) com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz” (Carta das Nações Unidas, art. 1.º).

Após o término da Segunda Grande Guerra e a criação de uma nova organização internacional, conseqüentemente verificou-se uma mudança na geopolítica do mundo. O sistema internacional encontrava-se totalmente bipolarizado, onde as duas maiores potências do mundo competiam entre si, nomeadamente os Estados Unidos da América e a antiga União Soviética.

De acordo com Luciano Colares “as Missões de Paz são missões de caráter militar, mas que não atuam como instrumento coercitivo e atentatório à soberania de um Estado”, sendo que as mesmas não reproduzem uma definição clara dentro da Carta das Nações Unidas (Colares, 2010, p. 137). No entanto, estas estão vinculadas no Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, parte integrante da Carta, mais concretamente no Capítulo VII sobre Ação em Caso de Ameaça à Paz, Ruptura da Paz e Ato de Agressão, referindo que “todos os membros das Nações Unidas se comprometem, a fim de contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais (...) com um acordo ou acordos especiais” (Carta das Nações Unidas, Cap. VII, art. 43º).

Existem atualmente, em funcionamento 12 operações de manutenção da paz financiadas pela Organização das Nações Unidas (United Nations Peacekeeping, 2022).

As operações de manutenção da paz da ONU evoluíram ao longo do tempo, durante o período de Guerra Fria estas missões tinham como objetivo resolver conflitos entre os Estados, enviando militares especializados armados ou desarmados de cada parte integrante do conflito. Barry Buzan e Lene Hansen (2012), assim como Paul Williams (2008), destacam a prevalência de um caráter estritamente militarista no funcionamento destas operações. De acordo com os autores, verifica-se uma atenção restrita aos conflitos inter-estatais e a prioridade nos regimes bélicos e militares, especialmente os nucleares, proporcionando um claro reflexo do paradigma de tensão bipolar no sistema internacional que vigorava naquele período. Ramon Blanco (2014) contribui

para este debate ao afirmar que as políticas internacionais para a promoção e manutenção da paz, durante o conflito bipolar, procuravam essencialmente assegurar a inexistência de conflitos violentos entre Estados.

Muitos autores estão de acordo quando é possível afirmar que as primeiras operações de paz, no período do conflito bipolar, tinham caráter tradicional. As primeiras missões destinavam-se à promoção da manutenção de cessar-fogos, auxiliando-se de apoios políticos e pacíficos para resolver o conflito. Essas missões consistiam em observadores militares desarmados e tropas militares levemente armadas, que tinham o papel de monitorização (United Nations Peacekeeping, s/d).

As primeiras missões de paz da organização tiveram como objetivo auxiliar na resolução de conflitos violentos na guerra no Médio Oriente. Tratam-se da Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas (UNTSO) fundada em 1948, com o propósito de manter a paz no Médio Oriente e monitorizar as primeiras tentativas de negociação dos acordos de paz entre os Estados envolvidos na Primeira Guerra Árabe-Israelense. É importante realçar, que a operação ainda se mantém em funcionamento (United Nations Peacekeeping, s/d).

A Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I) foi outra operação conduzida pela ONU, sendo esta a primeira missão de manutenção da paz armada, porém as suas unidades tinham o compromisso de usar as suas armas apenas em legítima defesa. O seu principal objetivo era impedir que se desenvolvesse uma guerra entre Egito e Israel, que se encontravam a meio à crise de Suez, em 1956. Esta operação foi proposta pela Assembleia Geral na Resolução 1001 (ES-I) e representou uma inovação significativa dentro da ONU. Foi realizada com o consentimento e a cooperação das partes integrantes no conflito (United Nations, s/d).

Ambas as operações de paz seguiam o modelo “tradicional”, com o propósito de instaurar a promoção e manutenção de condições propícias para a resolução de conflitos pelas próprias partes integrantes, sendo enviadas unidades militares especializadas para os territórios em conflito, onde os protagonistas do conflito apresentavam predisposição para uma resolução política e fim do uso da violência (Bellamy, Williams e Griffin, 2010).

Contudo, com o fim do conflito bipolar, estas operações mudaram na sua origem, deixando de ser exclusivamente de caráter militar passando a ser político, económico e humanitário. É essencial destacar que no contexto pós-Guerra Fria houve um maior protagonismo entre as organizações internacionais na condução da política internacional, após a vaga deixada pelo fim do

sistema bipolar. É, nesse sentido que Herz, Hoffmann e Tabak (2015) indicam que o fim da guerra do poder de veto exclusivo aos EUA e URSS no Conselho de Segurança da ONU proporcionou uma maior atenção à organização e as suas agências na resolução de conflitos internacionais, revelando-se um ator maioritariamente responsável pela paz e segurança internacionais.

Esta nova tipologia provocou uma mudança no recrutamento de pessoas, alargando a contratação de profissionais dos direitos humanos e pessoal civil voluntário de todo o mundo (Sarjoon e Yusoff, 2019).

Esta evolução também se deveu ao facto do aumento do sentimento de mudança na regulação das operações de paz, pois foram vários os fracassos dessas missões na década de 1990, nomeadamente na Ruanda e Srebrenica. Por consequência é elaborado o Relatório Brahimi no ano de 2000. O relatório apresentou uma série de recomendações destinadas a melhorar os aspetos operacionais e doutrinários da manutenção da paz (Durand, 2012).

O relatório recomenda a utilização das forças de manutenção da paz que sejam capazes de impedir a ameaça de milícias e o abandono dos acordos de paz que foram previamente assinados. Este relatório recorda que as missões de manutenção da paz devem continuar a assentar nos três princípios anteriormente definidos, sendo eles o consentimento, imparcialidade e o uso mínimo da força (Durand, 2012).

Com o aparecimento deste relatório as missões passaram a ter um novo tipo de pessoal *peacekeeper*, deixando de se restringir à presença militar. Foram recrutados especialistas dos direitos humanos, polícias, trabalhadores humanitários e civis voluntários. Estes soldados e civis são designados de “Capacetes Azuis”.

Os capacetes azuis ou *peacekeepers* têm o propósito de proteger os civis, promover a prática dos direitos humanos e o alcance da paz. Da mesma forma, estes soldados da paz previnem os conflitos ao reforçar a segurança e as capacidades das autoridades nacionais com treino, reduzindo a violência. Não obstante, com o aumento das missões de paz que visam dar resposta a conflitos armados regionais, muitos dos militares comprometidos nas missões de manutenção da paz das Nações Unidas não se conseguiram adaptar às atrocidades cometidas por novos grupos armados. Resultando na falta de eficácia do seu treino e à má formação das suas equipas (Macura, 2013).

No mesmo ano, mais concretamente a 31 de Outubro, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou por unanimidade a Resolução 1325 sobre as mulheres, a paz e a segurança. Esta resolução reconhece a existência dos efeitos negativos que o conflito armado tem sobre as mulheres e crianças. Esta apela para a participação igual das mulheres nos processos de paz, do treino de género nas operações de paz, a proteção da mulher e das crianças como também o respeito pelos direitos humanos (Veja e Haley Nelson, 2006).

Contudo, o aumento de participantes nestas missões, maioritariamente homens, o número de casos de abuso e crimes sexuais aumentou exponencialmente. No ano de 2003 a Organização das Nações Unidas descreveu abuso e exploração sexual de “intrusão física real ou ameaçada de natureza sexual, seja por força (...) abuso de posição de vulnerabilidade, poder diferenciado ou confiança (...) para propósitos sexuais (...) através da exploração sexual de outro.” (ONU, 2003).

Devido à discrepância entre o número de capacetes azuis masculinos que trabalham nestas missões e as mulheres voluntárias, estas tendem a ser, na sua maioria, vítimas das mais formas de violência como o abuso e exploração sexual.

2.2. Terminologia das missões de paz

Existem diferentes tipos de terminologias utilizados pela ONU para descrever as várias atividades de paz e segurança, sendo eles prevenção de conflitos ou *conflict prevention* no qual é utilizado a diplomacia preventiva para evitar o aparecimento de novos conflitos, *peacemaking* usa medidas capazes de resolver conflitos ativos, dentro dos quais a ação diplomática com o objetivo de traçar um acordo eficiente para a sua resolução. Outro instrumento é a imposição da paz ou *peace enforcement*, que usufruiu da utilização das forças militares e emprega a utilização da força para restaurar a paz. As operações de construção da paz (*peacebuilding*) no qual aplica medidas de resolução de um conflito por via de um acordo de paz e instrumentos de cooperação. Já as missões de manutenção da paz (*peacekeeping*), têm como princípio acabar com guerras civis através de acordos negociados entre as partes em conflito, enviando soldados e forças armadas, bem como pessoal civil, denominados por “capacetes azuis”, para assegurar a aplicação da paz e ajuda humanitária. Estas operações necessitam do consentimento das partes do conflito e são, na sua maioria, conduzidas por um elemento imparcial (Pinto Arena, 2007).

2.3. Críticas às missões de paz da ONU

Muitas são as vozes críticas em relação ao funcionamento das missões de manutenção de paz da ONU. Estas missões dependem, na sua maioria, de países contribuintes de tropa (TCC). Posto isto, esses países têm a opção de retirar o seu apoio e as forças das missões sempre que quiserem. Isso significa que as missões funcionam sempre sob a ameaça de que os países se retirem destas, o que dificulta qualquer tentativa séria de processar e punir os agressores.

Muitas das vezes, a organização falha na atuação de medidas capazes de responsabilizar os indivíduos pelos crimes que são sujeitos e que atuam sob sua alçada. Em vez disso, a sua decisão é proteger os agressores, proporcionando um manto de impunidade e imunidade para crimes e abusos.

Os crimes de abuso e exploração sexual de civis por forças da paz e ou capacetes azuis tornou-se generalizado. Dada a falta de controlo forte por parte das Nações Unidas, os países contribuintes de tropas nestas operações são exigidos a tomar medidas quando essas forças cometem abuso e exploração sexual.

Embora as missões de manutenção da paz se destinem a promover o Estado de direito e a auxiliar os principais órgãos governamentais nos Estados de acolhimento, tem existido alegações de práticas criminosas tais como abuso e exploração sexual cometidos por capacetes azuis contra mulheres que vivem em situações vulneráveis.

Vários são os casos de denúncia destes crimes em países extremamente pobres e em desenvolvimento. Nomeadamente, em missões na República Democrática do Congo (RDC), Haiti, Serra Leoa e Guiné. Estes crimes ocorrem frequentemente em contextos onde a violência sexual tem sido uma norma. Adicionalmente, os relatos de violação contra os *peacekeepers* parecem girar em torno de forças de paz militares em vez de soldados civis ou trabalhadores humanitários. Sandra Whitworth (2003) demonstra isso mesmo na sua investigação, em que a militarização deliberada da masculinidade dentro dos exércitos como mecanismo de treino produz comportamentos sexualmente violentos, o que consegue explicar, de certa forma, o aumento desta forma de violência.

Académicos como Kelly Neudorfer e Ragnhild Nordås apresentam análises qualitativas e quantitativas bem estruturadas dos fatores que influenciam as taxas de abuso e exploração sexual. Nordås descobriu que os casos de abuso e exploração sexual eram mais prevalentes em contexto

com um menor número de vítimas relacionadas com conflitos, em operações de grande escala e recentemente estabelecidas. Outros fatores adicionais, estão a condição do país de acolhimento e se os valores de violência sexual são maiores (Nordås e Rustad, 2013, p.511).

Os estudiosos afirmam que a continuidade de crimes de abuso e exploração sexual nas operações de manutenção da paz da ONU é devido ao facto da falta de estabilidade nos países afetados por graves conflitos, onde o estado de direito está ausente, a dificuldade económica é persistente. Por consequência os capacetes azuis são vistos como amigáveis, resultando num maior aproveitamento do poder sobre a população local.

Elizabeth Defeis (2008) reafirma esta posição, adiantando que a maior parte do pessoal a trabalhar nestas missões são homens, o que culmina numa “cultura machista” que facilita o desencadear destes crimes. Muitos destes soldados se protegem uns aos outros, ocultando os casos de abuso e exploração. Com uma posição semelhante, Higate (2007) alerta para a existência de uma “masculinidade militarizada”, no qual pode provocar uma caracterização destes casos por comuns, resultando na minimização destes.

Para Grady (2010) os crimes de abuso sexual começaram a ter predominância devido ao desenvolvimento da globalização e conseqüentemente o desenvolvimento de outras economias globais. O financiamento de armas a grupos rebeldes emergentes causaram uma procura do poderio militar para alcançar poder económico e político. Estes grupos usam a exploração sexual, tráfico de humanos, drogas, prostituição de mulheres e crianças para aumentarem a sua riqueza. Nordas e Rustad (2013) apoiam este argumento, referenciando que os casos de abuso acontecem muitas das vezes em cenários de hostilidade, onde a vítima é, na sua maioria, desvalorizada por parte do agressor. Outro fator apresentado por Nordas e Rustad é a aceitação social do comportamento do agressor, onde não se verifica conseqüências. Estes afirmam que o contexto das missões de paz pode gerar um ambiente propício ao abuso.

Com uma posição semelhante a de Grady e Higate, Karim e Beardsley (2016) admitem que o papel da cultura masculina influencia a predominância de crimes de abuso sexual nas operações. Elas são maioritariamente conduzidas por militares e soldados, onde se vigora aspetos sociais patriarcais. Neste sistema, os homens têm um maior domínio sob as mulheres, resultando numa manifestação abusiva. Karim e Beardsley afirmam que o problema da prevalência dos abusos e exploração sexual nas missões de manutenção da paz tem bases em aspetos de masculinidade militarizada e o patriarcado. Westendorf e Searle (2017), tal como Hernandez

(2020) têm uma posição similar aos restantes autores. O ambiente de militarização masculina aumenta a predominância de crimes sexuais. Westendorf e Searle comprovam esse argumento ao demonstrar que os militares são os responsáveis pelo maior número de casos de abusos e exploração sexual, do que os trabalhadores civis. Ambos reafirmam que “deliberate militarization of masculinity within armies as a training mechanism produces sexually violent behaviours, which goes some way towards explaining this form of violence” (Westendorf e Searle, 2017, p. 369).

Hernandez na sua investigação sustenta que as situações de desigualdade e ambientes de pós-conflito proporcionam um aumento destes crimes.

Posto isto, é possível afirmar que a ONU tem um sério problema de AES dentro da organização.

No último capítulo desta dissertação, a autora vai expor quais as estratégias adotadas pela instituição, que tiveram com intenção mitigar os crimes de abuso e exploração. Vai ser possível confirmar se tais medidas foram capazes de diminuir os relatos de abuso nas operações de manutenção da paz.

2.3.1. A problemática da imunidade dos capacetes azuis

Outra problemática vigente nas missões é que os trabalhadores humanitários e ou *peacekeepers* das Nações Unidas recebem imunidade durante as operações de manutenção da paz suas ações nos países de acolhimento ao abrigo da Convenção de 1946 sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas. De acordo com o artigo 5º secção 18, alínea a) da Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas de 1946, os oficiais das Nações Unidas são “imune ao processo legal em relação às palavras faladas ou escritas e todos os atos por eles praticados na sua qualidade oficial”.³

Os trabalhadores da organização gozam de uma imunidade funcional, porém não estão isentos de jurisdição legal para os seus próprios atos. O único objetivo desta imunidade é proteger os interesses das Nações Unidas e não os benefícios pessoais dos seus funcionários (Convenção de Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, 1946, art.VI, secção 22 e 23).

³ Traduzido pela autora de: “be immune from legal process in respect of words spoken or written and all acts performed by them in their official capacity” (Convention on the Privileges and Immunities of the U.N. art. V section 18 a, 1946).

No que toca às missões de manutenção da paz, um acordo é assinado entre a organização e o Estado anfitrião. Esse acordo designa-se por “*Status of Force Agreement*” (SOFA). Um modelo de rascunho foi produzido pela Assembleia Geral no ano de 1990⁴ onde contém a cláusula de imunidade para os membros do pessoal da operação de manutenção da paz.

Este acordo é um dos mais importantes documentos ao regular o processo de uma operação de manutenção da paz.

No entanto, a responsabilização do pessoal de manutenção da paz por crimes cometidos durante as missões é algo com que a ONU tem lutado nos últimos anos. As denúncias de comportamentos criminosos por parte de capacetes azuis aumentou a consciência da organização para resolver o problema. Foram feitos progressos no desenvolvimento de medidas administrativas para investigar tais acusações, no entanto a ONU não tem jurisdição para conduzir investigações criminais e fazer acusações.

A investigação criminal e a acusação é então, destinada aos Estados, sendo estes o país anfitrião do conflito e países contribuintes de tropas para as operações (TCC). A estes países são concedidas jurisdição exclusiva sobre os seus militares.⁵

Aquando da apresentação da denúncia de abuso, a ONU pode repatriar os indivíduos em causa fazer recomendações ao país contribuinte de tropas e proibir o indivíduo de participar em futuras operações de manutenção da paz. Quando os suspeitos são enviados de volta ao país contribuinte de tropas (TCC), eles devem estar sujeitos à jurisdição criminal desse Estado. No entanto, muitas dessas acusações não são levadas adiante, pois existem diversas dificuldades em realizar julgamentos, uma vez que as missões são realizadas em ambientes de conflito armado em que o Estado de Direito é praticamente inexistente (O’ Brien, 2012; Ferstman, 2013).

Nem todos os países contribuintes de tropas (TCC) são capazes de exercer jurisdição extraterritorial sobre os crimes cometidos pelos seus soldados durante as operações de manutenção da paz. Mesmo que sejam capazes de fazê-lo, a realidade é que os Estados raramente acusam as suas tropas de má conduta. A causalidade para este problema é, primeiramente que as políticas nacionais dos Estados não estejam de acordo com as políticas democráticas da ONU,

⁴ A/45/594 “Model status-of-forces agreement for peace-keeping operations”- General Assembly of United Nations, 1990

⁵ A/61/494 “Revised draft model memorandum of understanding between the United Nations and [participating State] contributing resources to [the United Nations Peacekeeping Operation]”- General Assembly of United Nations, 2006

e por outro lado, a probabilidade de tais processos levarem a que os países contribuintes de tropas retirem o seu apoio militar das operações de manutenção da paz (Freedman, 2018).

Freedman aprofunda a sua posição, afirmando que “*Currently, civilian personnel frequently operate with impunity owing to the UN failing to ensure that immunity is waived where crimes have been committed, and soldiers almost always are returned to their country and the matter is quietly dropped.*” (Freedman, 2018, p.969). Esta falta de vontade ou capacidade dos Estados para julgar o seu pessoal de manutenção da paz pelos atos criminosos, levam a que haja uma impunidade sistemática.

É evidente que é necessária uma nova abordagem para a responsabilização dos capacetes azuis nas operações de manutenção de paz da ONU. Apesar de várias as medidas adotadas pela organização, de forma a mitigar os crimes de abuso e exploração sexual durante as missões, é possível reconhecer que a problemática dos crimes ainda é constante. (O último capítulo da dissertação explora com mais ênfase a adoção dessas medidas).

Como defende Rosa Freedman (2018), deve haver uma maior responsabilização do agressor à vítima, à sociedade e do direito penal que controla o seu comportamento. Tem de existir uma melhor transparência na comunicação e na apresentação de recursos.

A Organização das Nações Unidas também deve demonstrar à vítima que implementará responsabilização ao país de acolhimento de acordo com medidas que previnem o aparecimento de abusos dentro das operações. O foco às vítimas dentro do sistema judicial proporciona um melhor funcionamento e engajamento das operações de manutenção da paz.

Capítulo III - O caso de MINUSTAH e MONUSCO

Como foi referido anteriormente, o ponto de partida temporal é o ano de 2004, sendo este fundamental para o presente trabalho. É nesse mesmo ano que se verificam relatos de acusações contra alguns capacetes azuis na missão de manutenção da paz realizada no Haiti (MINUSTAH), como também a apresentação de medidas idealizadas contra estes tipos de abusos por parte da ONU e de outras organizações internacionais. O início do século 21 demonstrou que a problemática dos abusos cometidos por certos elementos participantes das missões de manutenção da paz, ainda é bastante presente. Estes crimes continuam a fazer-se sentir num ritmo sem precedente e tais atitudes feitas para acabar com estas constantes violações ficam muito aquém do esperado, provocando uma onda de críticas em relação às operações de paz. Esta problemática dos abusos ocorridos em operações de paz não é algo recente, porém é só a partir do início do século 21 que as Nações Unidas realizaram mudanças significativas no que diz respeito à resposta da Organização às alegações de abuso e exploração sexual cometidas pelos capacetes azuis em missão.

É neste capítulo, que a autora do presente trabalho de investigação primeiramente vai mencionar a história e evolução das missões de manutenção da paz efetuadas no Haiti e na República Democrática do Congo, e logo a seguir apresentará os vários relatos de abuso e exploração sexual, perpetuados pelos capacetes azuis, nas respetivas missões de manutenção de paz no Haiti (MINUSTAH) e na República Democrática do Congo (MONUSCO).

3.1. A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti ou MINUSTAH, foi uma missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, entrando em funcionamento a 10 de setembro de 2004, por meio da resolução 1542 (S/RES/1542), após a queda do presidente Jean-Bertrand Aristide. Esta resolução foi adotada por unanimidade pelos países permanentes e não-permanentes do Conselho, tendo lamentado todas as violações dos direitos humanos, particularmente contra a população, encorajando o Governo Transitório do Haiti tomar todas as medidas necessárias para pôr fim à impunidade e garantir que a promoção e proteção contínua dos direitos humanos. Ao observar a escalada de conflitos no Haiti, o Conselho de Segurança

Decide estabelecer a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), por um período inicial de seis meses, com a intenção de renovar por mais períodos, se necessário.⁶

O país atravessava uma fase de instabilidade política e social aquando da instauração da missão de paz da ONU. As violações de direitos humanos eram recorrentes e cometidas tanto por grupos que apoiavam o governo quanto por grupos da oposição, surtos de violência nas comunidades e revoltas iniciadas por grupos rebeldes eram cada vez mais sonantes. Após várias pressões por parte da comunidade internacional, o presidente Jean-Bertrand Aristide fugiu do Haiti refugiando-se na República Centro Africana e em seguida na África do Sul (Faedi, 2008, p. 9).

Os principais objetivos desta missão eram apoiar o Governo Transitório, garantindo um ambiente seguro e estável dentro do qual o processo constitucional e político no Haiti se possa realizar. Auxiliar na restauração e manutenção do Estado de direito, proteger os civis sob ameaça iminente de violência física, apoiar o governo transitório, bem como as instituições e grupos haitianos de direitos humanos nos seus esforços para promover a proteção dos direitos humanos, em particular das mulheres e das crianças (Resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU, 2004).

O mandato inicial da missão de paz foi, por diversas vezes, reformulado e ajustado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. No ano de 2009 o mandato foi estendido por mais um ano devido às eleições previstas para o ano de 2010, pois era necessário o seu auxílio e monitoramento por parte da Organização, ao processo eleitoral em termos de logística e segurança (ONU, 2017). Contudo, a 12 de Janeiro de 2010, um devastador terramoto provocou mais de 220.000 mortes, incluindo 96 soldados da paz da ONU, resultando num duro golpe na economia e nas infraestruturas já enfraquecidas do país (United Nations Peacekeeping, s/d). Assim sendo, nesse mesmo ano o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1908 (S/RES/1908) que apoia a recomendação feita pelo Secretário-Geral das Nações Unidas Ban Ki-moon para aumentar o número de pessoal especializado e voluntário da MINUSTAH, que visa apoiar a recuperação imediata, e a reconstrução e estabilidade do país.⁷

Por consequência, o terramoto deteriorou a segurança das populações mais vulneráveis. Desse modo, a violência contra as mulheres aumentou exponencialmente, nomeadamente para

⁶“Resolution 1542 (2004) Adopted by the Security Council at its 4961st meeting, on 30 April 2004” - United Nations Security Council, 2004

⁷“Resolution 1908 (2010) Adopted by the Security Council at its 6261st meeting, on 19 January 2010” - United Nations Security Council, 2010

aquelas que já se encontravam a viver em campos de deslocados internos. A ausência de grupos de patrulha e a falta de pessoal voluntário nesses campos deixou as mulheres desprotegidas e eminentes a ataques sucessivos. Posto isso, o Conselho de Segurança recomendou que a operação de manutenção da paz prestasse mais atenção às mulheres deslocadas através do aumento do policiamento nos campos de deslocados e da consolidação de mecanismos que promovam e protejam os direitos das mulheres. No entanto, os esforços foram insuficientes para reverter a situação de violência contra este grupo vulnerável (Gaye, 2011, p.8). A ausência de capacetes azuis da MINUSTAH nas áreas mais perigosas e nos campos de deslocados internos facilitaram a perpetuação de crimes de abuso e exploração sexual naquela região. A inação de medidas capazes de proteger as mulheres e as crianças, especialmente em campos de refugiados, continua a ser um objeto de extrema preocupação (Gaye, 2011, p.9).

Com o aparecimento do surto de cólera em meados do ano de 2010, a missão mobilizou os seus recursos logísticos para ajudar no esforço de contenção e tratamento da epidemia. Todavia, a ONU não deixou de estar isenta de críticas devido à falta ação para investigar a origem do surto, pois muitos acreditam que foram os próprios trabalhadores da organização a transmitir a doença à população haitiana. Tendo sido mais tarde confirmado por um relatório, elaborado pelo epidemiologista francês Renaud Piarroux que a epidemia teve origem num campo de capacetes azuis do Nepal. No entanto, a ONU nunca admitiu responsabilidade sobre o início da epidemia e que não indenizaria as vítimas (BBC Brasil, 2013).

Após a conclusão das eleições presidenciais no ano 2011, a missão de manutenção de paz conseguiu cumprir o seu mandato original para restaurar um ambiente político estável, fortalecer as instituições governamentais do Haiti e estruturas de Estado de direito, bem como a capacidade de promoção e proteção dos direitos humanos.

Em abril de 2017, o Conselho de Segurança decidiu na Resolução 2350, que a Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH) terminaria a 15 de outubro de 2017. Transitando para uma missão de manutenção da paz mais pequena e pouca duração. Pretendendo assim, acabar com a missão de manutenção da paz da ONU no Haiti. A resolução aponta que o objetivo da missão é “apoiar as autoridades nacionais no desenvolvimento e profissionalização da Polícia Nacional do Haiti; fortalecer as instituições do Estado; promover os direitos humanos e contribuir através de bons ofícios para o diálogo político” (Nações Unidas, 2019).

3.1.1. O problema dos abusos sexuais na MINUSTAH

A operação de manutenção da paz no Haiti ficou concluída no ano de 2017. No entanto, ao longo do seu mandato, a missão não deixou de ser alvo de críticas, pois foram reportados inúmeros casos de abuso e exploração sexual. É apresentado pela autora da presente dissertação os inúmeros relatos destes crimes provocados pelos capacetes azuis na missão de manutenção da paz no Haiti (MINUSTAH) e quais as suas causas.

A violação dos direitos humanos por parte dos capacetes azuis é um tema que causa enormes constrangimentos, pelo simples facto, de que os agressores são aqueles que foram enviados ao país exatamente para proteger a população. Infelizmente, tais ações tornaram-se acontecimentos relativamente recorrentes nas operações de manutenção da paz. A ONU só reconheceu formalmente a necessidade de lidar com os casos de violência sexual praticada pelas suas tropas a partir da publicação do Relatório Zeid⁸, em 2005. Tal documento, que será discutido no capítulo seguinte da presente investigação, intitulado de “A resposta da ONU aos casos de AES”.

Como já foi analisado no capítulo 2, o abuso e a exploração sexual são fenómenos diretamente ligados à situação da mulher em períodos de violência, de pós-conflito e de pobreza extrema. No Haiti, país mais pobre do continente americano, a situação não é diferente. A maioria da população vive abaixo do limiar de pobreza extrema e a situação pandémica de Covid-19 veio piorar esta situação (Nações Unidas, 2021). Esta situação de pobreza define a forma como os seus cidadãos, maioritariamente mulheres, se perpetuam aos capacetes azuis da missão. A vulnerabilidade da mulher encontra-se ligada aos níveis alarmantes de violações e violência contra o género feminino de uma forma geral no país.

Desde início da implementação da missão de paz no Haiti em 2004, foram relatados vários casos de abuso e exploração sexual por parte dos capacetes azuis.

A 10 de agosto de 2004 todos os membros da MINUSTAH receberam um memorando lembrando-lhes que “qualquer ato de exploração sexual e/ou abuso por parte do pessoal da MINUSTAH é estritamente proibido e constitui um ato de grave má conduta.”⁹

⁸ Relatório do Conselheiro Especial do Secretário-Geral, o Príncipe Zeid Ra'ad Zeid al-Husseini (Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos entre 1 de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2018).

⁹ Traduzido de: "any act of sexual exploitation and/or abuse by MINUSTAH personnel is strictly prohibited and constitutes an act of serious misconduct."

O primeiro caso concreto a ser difundido pelos órgãos de comunicação foi a Fevereiro de 2005, quando uma mulher haitiana acusou três *peacekeepers* de violação na cidade de Gonaïves (UN News, 2005). Segundo o inquérito preliminar, tratava-se, na verdade, de um caso de prostituição, envolvendo dois agentes da polícia paquistanesa. Após a investigação, os dois agentes foram dispensados da missão, e por consequência sentenciados a um ano de prisão pelo governo paquistanês (Martin e Grantz, 2005).

Embora a ação rápida de investigar a denúncia, a MINUSTAH ainda não está capacitada para abordar da melhor forma e combater os crimes de abuso e exploração sexual por parte das forças de paz das Nações Unidas.

No ano seguinte, em 2006, uma investigação conduzida pela BBC News¹⁰ reportou outro caso de violação. Na reportagem de Mike Williams, a 30 de novembro do mesmo ano, uma menina de 14 anos afirmou que um *peacekeeper* lhe teria oferecido doces e algum dinheiro em troca de sexo com ela e outra criança, de apenas 11 anos. A reportagem expõe ainda, outra denúncia de abuso sexual, onde uma rapariga de 16 anos alega ter sido violada por um militar brasileiro.

Outros relatos de violação envolvendo capacetes azuis da MINUSTAH foram divulgados pela imprensa internacional, no ano de 2007. A imprensa noticiou que as tropas de paz do Sri Lanka pagaram por sexo e que algumas das suas vítimas eram menores de idade (BBC UK, 2007). A notícia confirma que os membros da operação envolvidos nos casos foram repatriados para seus países de origem, porém, não está claro se foram responsabilizados e processados por seus atos.

Outro caso que despertou a atenção internacional, foi em setembro de 2011 quando foi divulgado um vídeo¹¹ pela imprensa no qual mostra 5 soldados – fardados- da tropa do Uruguai na missão de manutenção da paz MINUSTAH a agredir sexualmente um haitiano de 18 anos, num complexo da ONU em Port Salut, Haiti. No entanto, em Janeiro do ano seguinte os soldados acusados foram libertados da prisão, pois a justiça uruguaia e a ONU precisavam do testemunho da vítima para preceder a uma condenação.

¹⁰ Williams, Mike. "Fears over Haiti child 'abuse'". BBC News, 2006. Acedido em 12 de Fevereiro de 2022. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/6159923.stm>

¹¹ Mais informações em: <https://abcnews.go.com/Blotter/soldiers-held-sexassaultfreed/story?id=15306826#.20%20Tws0UJizCEM>. Acedido em 12 de Fevereiro de 2022.

De acordo com os dados oficiais da ONU, de 2007 a 2017 foram reportados 114 casos de abuso e exploração sexual na MINUSTAH (ver gráfico 1.1).



Gráfico 1.1-Número de alegações de abuso e exploração sexual na MINUSTAH, 2007-2017 (Fonte: United Nations, 2022)

No que se refere à condenação dos agressores, é importante realçar que na maior parte das ocorrências em que foi demonstrado ter acontecido abuso e exploração sexual, os criminosos foram repatriados e nos seus países de origem os casos não foram levados adiante.

De acordo com os dados oficiais da ONU a maioria das medidas tomadas pelos governos nacionais, ou seja, os países contribuintes de tropas (TCC) e pela Organização das Nações Unidas perante as alegações de abuso e exploração sexual na MINUSTAH, foi de despedimento ou de suspensão da sua atividade. No entanto, muitos dos casos continuam pendentes de resolução. (Ver gráfico 1.2 e 1.3. respetivamente).

Múltiplas seleções ▾ MINUSTAH ▾ Tudo ▾ Tudo ▾

UNIFORMED PERSONNEL

Category of personnel

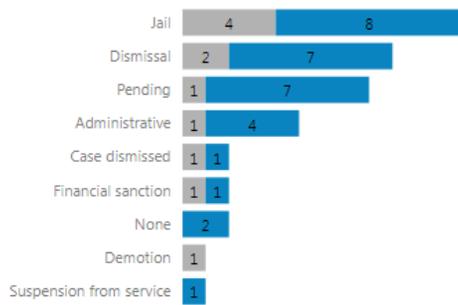
Tudo ▾

This section provides information on actions taken by national governments and by the United Nations in response to substantiated allegations involving uniformed personnel. In most cases, Member States and the United Nations will take distinct actions against the same individual. Also, more than one type of action may be taken by the Member State with respect to the same individual. For example, the same individual may be imprisoned and dismissed from service.

Number of substantiated allegations involving uniformed personnel:

40

Action taken by national governments



Action taken by the United Nations

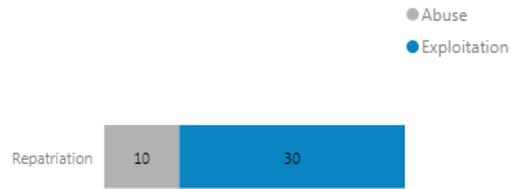


Gráfico 1.2-Medidas adotadas pelos Estados e pelas Nações Unidas no âmbito da MINUSTAH, 2010-2017 (Fonte: United Nations, 2022).

CIVILIAN PERSONNEL

This section provides information on actions taken by the United Nations in response to substantiated allegations involving civilian personnel. Also, more than one type of action may be taken by the United Nations with respect to the same individual. For example, the same individual may be dismissed from service and receive a financial sanction.

Number of substantiated allegations involving civilian personnel:

2

Action taken by the United Nations



Gráfico 1.3-Medidas adotadas pelas Nações Unidas no âmbito da MINUSTAH, 2010-2017 (Fonte: United Nations, 2022).

Dessa forma, é possível verificar a impunidade desses agressores, em que disfrutaram de uma jurisdição criminal regida somente no seu país de origem. Esta falta de medidas radicais e falta de assistência para com as vítimas, por parte da missão e do País Contribuinte de Tropas (TCC), proporcionam que os agressores fiquem sem responsabilidade pelo crime cometido (Vezina, 2012).

Posto isto, os casos de abuso e exploração sexual durante a MINUSTAH são subnotificados ou pouco esclarecidos, uma vez que a quantidade de denúncias junto a ONU é largamente inferior aos dados recolhidos em pesquisas de campo. Por mais que se tenham iniciado todo um processo para a realização de mecanismos jurídicos, no final, como foi mencionado, os agressores saíram sem punição, e a Organização sem assumir quaisquer responsabilidades, o que contribui para uma normalização dos crimes.

Além disso, a questão da punição dos criminosos constitui um quadro de impunidade (acima mencionado na secção “A problemática da imunidade dos capacetes azuis”) em que, a curto prazo, não há previsão de melhora.

3.2. A Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO)

Após o genocídio de Ruanda em 1994 e a criação de um novo governo, vários foram ruandeses fugiram para as regiões vizinhas no leste da República Democrática do Congo. Nos anos seguintes, verificou-se um aumento dos protestos que colocou as forças lideradas por Laurent Désiré Kabila contra o exército do Presidente Mobutu Sese Seko. As forças de Kabila, apoiadas pelo Ruanda e pelo Uganda, tomaram a capital de Kinshasa em 1997 e renomearam o país da República Democrática do Congo (United Nations Peacekeeping, s/d).

Em julho de 1999, após a assinatura do Acordo de Cessar-Fogo de Lusaka entre a República Democrática do Congo e cinco Estados regionais (Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda e Zimbabué), que tinha como principal objetivo “*the effective cessation of hostilities, military movements and reinforcements, as well as hostile actions, including hostile propaganda*” (Lusaka Ceasefire Agreement, art. I, 2.b). O Conselho de Segurança da ONU estabeleceu a Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) através da resolução 1279 (S/RES/1279), de 30 de novembro do mesmo ano. O objetivo principal da

resolução era observar o cessar-fogo, promover a manutenção da ligação com todas as partes integrantes do Acordo e a sua implementação.¹²

A 30 de Julho de 2006, foram realizadas as primeiras eleições livres no país, no qual os cidadãos puderam eleger os seus representantes e uma Assembleia Nacional com 500 lugares disponíveis. Mais à frente, a 29 de Outubro foi feita uma eleição para eleger o novo presidente, no qual Joseph Kabila (filho do falecido presidente Laurent Désiré Kabila assassinado em 2001) foi declarado vencedor. Todo este processo eleitoral demonstrou ter sido um dos maiores desafios que as Nações Unidas ajudaram a organizar (United Nations, s/d)

No ano de 2010, mais concretamente a 1 de Julho, o Conselho de Segurança da ONU renomeou a MONUC para Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), reafirmando a nova fase alcançada no país (ibidem). A nova denominação da operação foi feita de acordo com a Resolução 1925 (S/RES/1925) do Conselho de Segurança do dia 28 de Maio do mesmo ano. O principal objetivo da missão era de proteger a população, utilizar todos os meios necessários para cumprir o seu mandato enviando pessoal humanitário e defensores dos direitos humanos sob a ameaça iminente de violência física, como também apoiar o governo da República Democrática do Congo nos seus esforços de estabilização e consolidação da paz. O Conselho decidiu que era necessário instaurar o aumento do mandato inicial, e enviar cada vez mais pessoal especializado para a região. O que contribui para a diminuição do conflito.¹³

A MONUSCO é, até agora, a maior missão de manutenção da paz da ONU em curso. No dia 31 de Março de 2017 o Conselho de Segurança, numa resolução aprovada por unanimidade, decidiu manter a Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas (MONUSCO) até 31 de março de 2018, aprovando a inclusão de 16.215 militares, 660 militares e oficiais de estado, 391 polícias e 1.050 militares de unidades policiais formadas.¹⁴

Embora se tenha verificado progressos significativos na República Democrática do Congo desde o estabelecimento da operação de manutenção da paz das Nações Unidas naquele país, e

¹² "RESOLUTION 1279 (1999) Adopted by the Security Council at its 4076th meeting, on 30 November 1999" - United Nations Security Council, 1999

¹³ "Resolution 1925 (2010) Adopted by the Security Council at its 6324th meeting, on 28 May 2010" – United Nations Security Council, 2010

¹⁴ "Resolution 2348 (2017) Adopted by the Security Council at its 7910th meeting, on 31 March 2017" – United Nations Security Council, 2017

a situação em várias regiões se tenha estabilizado, a parte oriental do país continuou a ser fustigada por ondas recorrentes de conflitos, crises humanitárias e graves violações dos direitos humanos, incluindo a violência sexual e baseada no gênero (United Nations, s/d).

3.2.1. Os casos de abuso e exploração sexual na MONUSCO

A República Democrática do Congo tem uma grave cultura de violência sexual cometida contra as mulheres. Estas enfrentam realidades de violação em massa, mutilação genital e prostituição forçada, diariamente.

No entanto, os casos de abuso e exploração sexual a civis, maioritariamente mulheres e crianças, perpetrados pelas forças de manutenção da paz da ONU no Congo, aumentaram significativamente. Estes casos específicos de abuso sexual fazem parte da enorme cultura de violência sexual no país, revelando-se uma característica dominante nesta região. As várias descrições de apelidam a RDC como “a capital mundial de violação” e o “pior lugar do mundo para se ser uma mulher”, refletem como a violência relacionada com conflitos normalizou os crimes de abuso e exploração sexual, perpetrados pelos capacetes azuis da ONU.

Tal como menciona o autor Kovach (2016), a Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo ““*suffered such a profound loss of credibility not only due to widespread accusations of sexual abuse, but also for its general inability to protect civilians*” (Kovach, 2016, p.158). A missão despertou a atenção do mundo relativamente às acusações de abuso e exploração sexual que os capacetes azuis eram alvo.

Em 2004, um artigo no conceituado jornal britânico *The Independent* reportou um escândalo de abuso cometido na República Democrática do Congo por soldados da paz que estiveram ao serviço da ONU. Embora tais acusações já tenham existido a atenção mediática desencadeou uma investigação formal das Nações Unidas sobre estas.

No mesmo ano, um *peacekeeper* francês foi acusado de abuso infantil, tendo sido detido pelas autoridades da justiça francesa. A mesma notícia informa que o capacete azul “*From Sunday*

*morning, 31 October 2004, he has been in the hands of the French justice system,”*¹⁵ No entanto, não foi possível verificar se o indivíduo em questão foi acusado de alguma ilegalidade.

De acordo com os dados oficiais da ONU, a Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), foram reportados 181 casos de abuso e exploração sexual desde 2007 a 2010. Já a Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) conteve 162 casos desde 2010 a 2017 (ver gráficos 2.1. e 2.2. respetivamente).

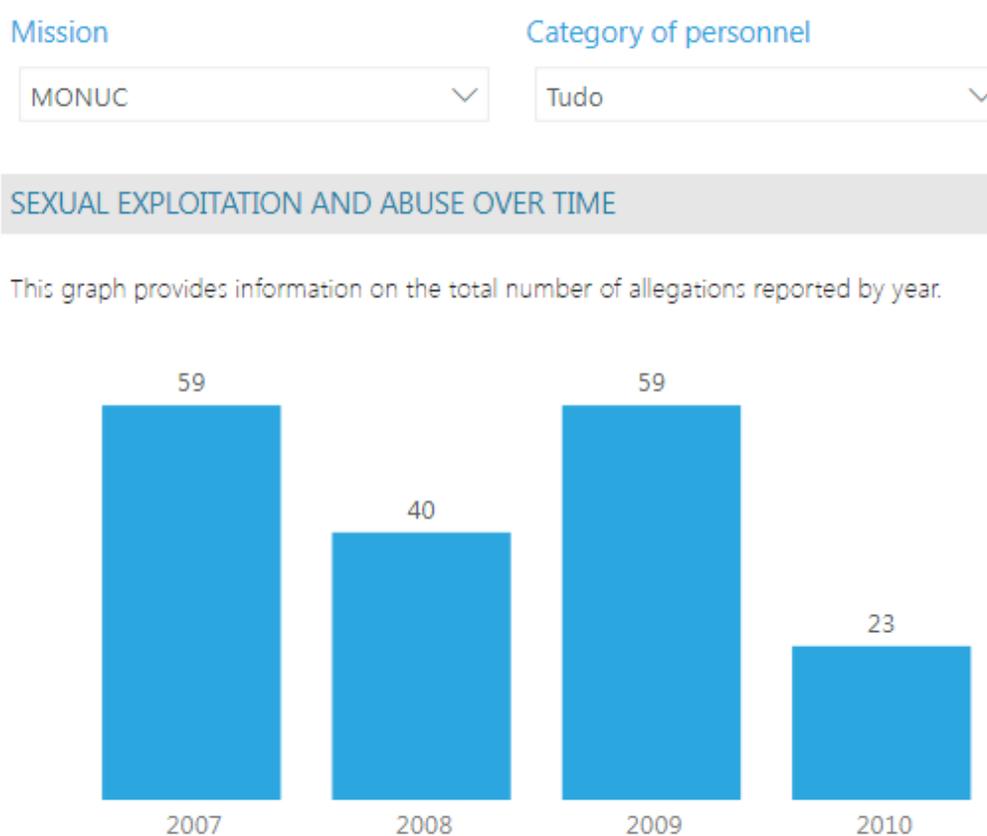


Gráfico 2.1-Número de alegações de abuso e exploração sexual na MONUSC, 2007-2010 (Fonte: United Nations, 2022)

¹⁵ UN News, 2004: <https://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/un-civilian-worker-dr-congo-accused-child-molestation>

Mission

MONUSCO

Category of personnel

Tudo

SEXUAL EXPLOITATION AND ABUSE OVER TIME

This graph provides information on the total number of allegations reported by year

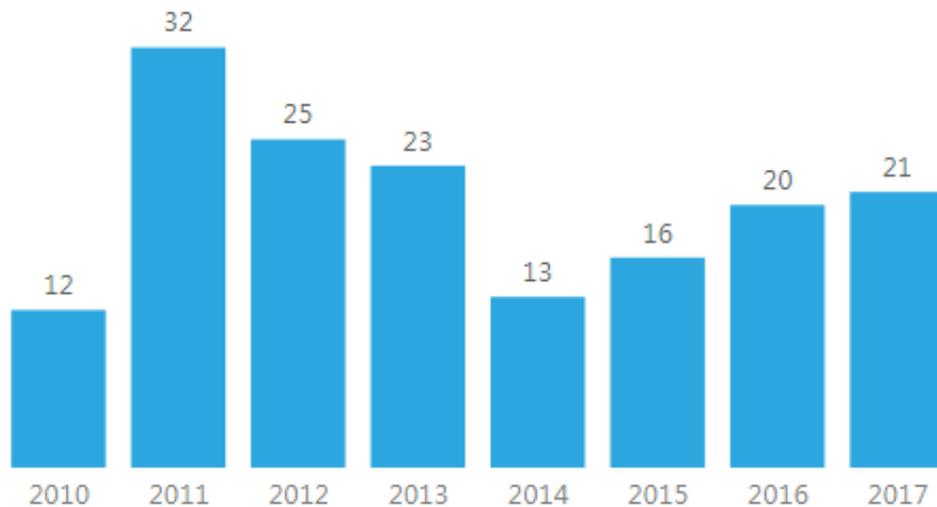


Gráfico 2.2-Número de alegações de abuso e exploração sexual na MONUSCO, 2010-2017 (Fonte: United Nations, 2022)

É possível verificar uma diminuição do número de casos reportados entre a antiga e nova missão de manutenção da paz. Contudo, esses valores não representam uma descida significativa sobre esses crimes. Infelizmente, ainda existem muitos casos de abuso e exploração sexual, fora aqueles não reportados e apresentados pela ONU.

De acordo com os dados oficiais da ONU, desde 2010 foram realizadas algumas ações pelos países contribuintes de tropas (TCC) e as Nações Unidas perante as alegações de abuso e exploração sexual na MONUSCO. (Ver gráficos 2.3. e 2.4.)

Múltiplas seleções ▼ MONUSCO ▼ Tudo ▼ Tudo ▼

UNIFORMED PERSONNEL

Category of personnel

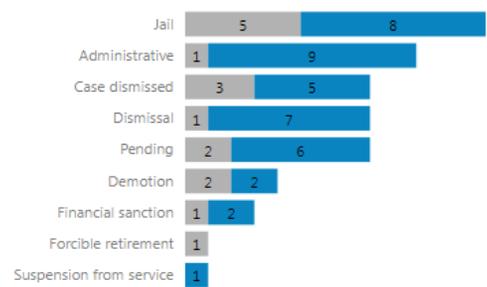
Tudo ▼

This section provides information on actions taken by national governments and by the United Nations in response to substantiated allegations involving uniformed personnel. In most cases, Member States and the United Nations will take distinct actions against the same individual. Also, more than one type of action may be taken by the Member State with respect to the same individual. For example, the same individual may be imprisoned and dismissed from service.

Number of substantiated allegations involving uniformed personnel:

48

Action taken by national governments



Action taken by the United Nations



Gráfico 2.3-Medidas adotadas pelos Estados e pelas Nações Unidas no âmbito da MONUSCO (Fonte: United Nations, 2022).

CIVILIAN PERSONNEL

This section provides information on actions taken by the United Nations in response to substantiated allegations involving civilian personnel. Also, more than one type of action may be taken by the United Nations with respect to the same individual. For example, the same individual may be dismissed from service and receive a financial sanction.

Number of substantiated allegations involving civilian personnel:

14

Action taken by the United Nations

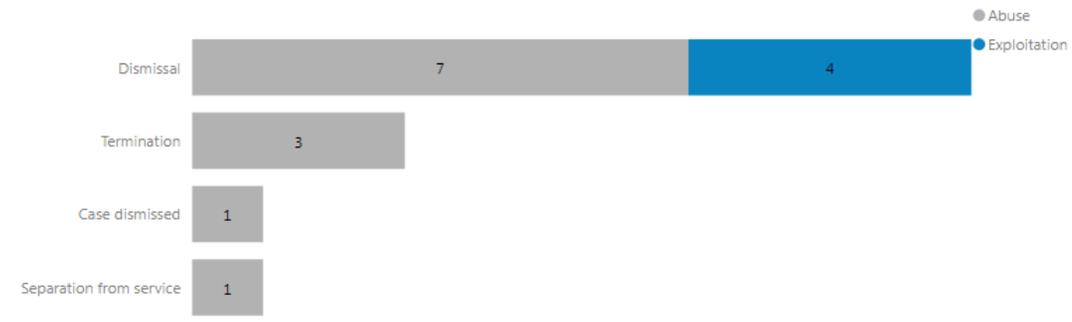


Gráfico 2 4-Medidas adotadas pelas Nações Unidas no âmbito da MONUSCO, 2010-2017 (Fonte: United Nations, 2022).

Capítulo IV - A resposta da ONU aos casos de AES

Este capítulo destina-se à apresentação das várias medidas adotadas pela ONU, com a finalidade de acabar com os casos de abuso e exploração sexual nas missões de manutenção da paz. É extremamente importante expor as estratégias adotadas pela organização, pois assim é possível verificar se tais ideias foram capazes de mitigar os constantes crimes de abuso e exploração sexual (AES).

4.1. As estratégias adotadas pela ONU

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), em 2004 e missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), em 2010, foram alvo de escrutínio por parte da imprensa internacional, pois foram relatados diversos crimes de abuso e exploração sexual por parte dos soldados da paz da ONU. Estes relatos resultaram numa investigação feita pelo órgão responsável pela monitorização e investigações das Nações Unidas, *Office of Internal Oversight Services* (OIOS), que apurou a veracidade destes relatos na missão de paz (Soprani, 2018).

Desde o início de conflitos/guerras, observa-se que, sobretudo mulheres e crianças foram e continuam a ser as principais vítimas de abuso e exploração sexual. A situação ainda é mais grave quando esses atos são cometidos por tropas de manutenção da paz, designados de capacetes azuis, as quais se encontram ali para auxiliar e fornecer proteção e assistência à comunidade local.

A ONU refere que abuso sexual é qualquer intrusão física real ou ameaçada de natureza sexual, seja à força ou em condições desiguais ou coercivas.¹⁶ E que exploração sexual resulta da tentativa de uma posição de vulnerabilidade, poder ou confiança, para fins sexuais, incluindo, mas

¹⁶ Traduzido pela autora de: "Sexual abuse: Actual or threatened physical intrusion of a sexual nature, whether by force or under unequal or coercive conditions." (ONU, 2003)

não se limitando a, lucrar monetariamente, social ou politicamente a partir da exploração sexual de outro.¹⁷

Dessa mesma forma, devido às situações de desigualdades e de vulnerabilidade que as mulheres e crianças encontram nas situações de conflito, são considerados inapropriados relações sexuais entre os *peacekeepers* e as mulheres locais durante as operações de paz, ocorrendo um desequilíbrio de poder enorme nas suas relações. Porém, muitos dos capacetes azuis e pessoal voluntário das missões de paz são suspeitos de abuso sexual, exploração e tráfico de crianças. Em novembro de 2001 existiram vários relatos de abuso e exploração sexual cometidos pelas tropas da paz e pessoal voluntário. Essas mesmas denúncias apareceram num relatório que fora solicitado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e uma organização não-governamental do Reino Unido, a *Save the Children*. O seu propósito era analisar as várias denúncias, e os crimes de abuso e exploração sexual nas comunidades de refugiados na Guiné, Libéria e Serra Leoa. (Soprani, 2018).

De acordo com os relatórios anuais intitulados “*Special measures for protection from sexual exploitation and sexual abuse*”, no ano de 2004 foram reportados 121 casos de violência sexual. Em 2005 o número subiu para 340 e em 2006, foram relatados 357 casos de exploração e abuso sexual. No ano seguinte o relatório intitulado “*No one to turn to – The under-reporting of child sexual exploitation and abuse by aid workers and peacekeepers*” observa que 341 crianças foram vítimas de abuso por parte das tropas de paz na Costa do Marfim, sul do Sudão e no Haiti. (BBC Brasil, 2008). Nos anos mais recentes, nomeadamente nos anos de 2016 e 2017 foram reportados 103 casos de abuso e 62 casos denunciados respetivamente. (Nações Unidas, 2019).

A partir da investigação da denúncia de crimes cometidos pelos capacetes azuis na operação de manutenção da paz realizada na República Democrática do Congo, foram elaboradas algumas recomendações à ONU que resultaram na realização do Relatório Zeid, em Março de 2005. Estas recomendações sugeriam a reformulação do Secretariado da ONU como dos Estados-membros, propondo também a garantia de assistência às vítimas destes abusos (Soprani, 2018).

Este relatório detalha os crimes de abuso e exploração sexual de mulheres e meninas, sendo vítimas da troca de sexo por dinheiro, comida ou trabalho. Muitos destes atos de violação

¹⁷ Tradução livre de: “Actual or attempted abuse of a position of vulnerability, power, or trust, for sexual purposes, including, but not limited to, profiting monetarily, socially or politically from the sexual exploitation of another” (ONU, 2003)

eram classificados como prostituição, pois as vítimas recebiam presentes após a agressão. Muitas dessas vítimas acabavam abandonadas e com filhos para criar, sendo que muitas delas engravidavam dos *peacekeepers* (Defeis, 2008).

Nos anos seguintes à realização do Relatório Zeid, várias foram as denúncias de exploração sexual cometidas pelas forças de manutenção da paz da ONU na missão no sul do Sudão apresentadas pela imprensa. Em resposta a estas novas alegações, o recém-nomeado Secretário-geral das Nações Unidas Ban Ki-moon ratificou a política de tolerância zero da ONU, no ano de 2007. Este reafirma que a política da organização é investigar as alegações creíveis de abuso e exploração sexual e tratá-las como ofensas graves (Defeis, 2008).

Muitas das propostas para reestruturar as operações de paz reconhecem a necessidade de empregar mais mulheres nestas missões. Defeis afirma que “*higher percentage of female peacekeepers is necessary to facilitate an environment that discourages sexual exploitation and abuse*”, no entanto o número de capacetes azuis femininos continua ainda muito baixo. Esta disparidade entre o número de soldados masculinos e femininos nas missões de paz resultou no diálogo político entre cinquenta e cinco países que contribuem com soldados e polícias para estas operações, impulsionado pelo Departamento das Operações de Manutenção da Paz (DPKO) em Março de 2006. O objetivo desta medida era solicitar aos Estados-membros que aumentassem o número de mulheres capacetes azuis nos próximos anos (Defeis, 2008, p. 199).

Após a resolução 1325 [S/RES/1325 (2000)] do Conselho de Segurança sobre as Mulheres e a paz e a segurança no ano de 2000, várias foram as reformas adotadas pela Organização das Nações Unidas para empregar mais pessoal feminino nas operações de paz. A resolução aborda especificamente a forma como as mulheres e as raparigas são desproporcionalmente afetadas por conflitos violentos e pela guerra e reconhece o papel crítico que as mulheres podem e já desempenham nos esforços de construção da paz. A resolução afirma a importância da participação das mulheres e a inclusão das perspetivas de género nas negociações de paz, no planeamento humanitário, nas operações de manutenção da paz e na construção e governação pós-conflito.¹⁸

No ano de 2008, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a segunda resolução, Resolução 1820 (S/RES/1820), sobre a violência sexual como arma de guerra. A

¹⁸ Resolution 1325 (2000) Adopted by the Security Council at its 4213th meeting, on 31 October 2000 – United Nations Security Council, 2000

resolução foi adotada a 19 de Junho desse mesmo ano. A resolução apela à formação de tropas na prevenção e resposta à violência sexual, ao destacamento de mais mulheres para as operações de paz e à aplicação de políticas de tolerância zero para os soldados da paz no que respeita aos crimes de abuso e exploração sexual.¹⁹

No ano seguinte, duas resoluções foram adotadas por unanimidade. A terceira e quarta resoluções, SCR 1888 e SCR 1889 tinham o propósito de reforçar os elementos das resoluções anteriormente adotadas. Concretamente, a resolução 1889 [S/RES/1889 (2009)] aborda os obstáculos à participação das mulheres nos processos de paz e apela ao desenvolvimento de indicadores globais para reforçar a aplicação da Resolução 1325 e a melhoria das respostas nacionais e internacionais às necessidades das mulheres em contextos de conflito e pós-conflito.²⁰

No mesmo ano, a ONU lançou uma campanha para aumentar o número de forças policiais femininas que servem nas missões de manutenção da paz. A organização deseja que o valor mulheres na polícia aumente para 20% até ao ano de 2014 (Nações Unidas, 2010).

Em Dezembro de 2010, ao constatar que a violência sexual nos conflitos armados continuam a ser sistemáticos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou por unanimidade uma nova resolução, a Resolução 1960 [S/RES/1960 (2010)]. O seu objetivo principal é apelar ao fim da violência sexual nos conflitos armados, nomeadamente contra as mulheres e raparigas, prevendo a adoção de medidas destinadas a pôr fim à impunidade dos autores da violência sexual, nomeadamente através de sanções. De acordo com a Resolução 1960 (2010) secção 1:

“Reaffirms that sexual violence, when used or commissioned as a tactic of war or as a part of a widespread or systematic attack against civilian populations, can significantly exacerbate and prolong situations of armed conflict and may impede the restoration of international peace and security; affirms in this regard that effective steps to prevent and respond to such acts of sexual violence can significantly contribute to the maintenance of international peace and security; and expresses its readiness, when considering situations on the agenda of the Council, to take, where necessary, appropriate steps to address widespread or systematic sexual violence in situations of armed conflict;”²¹

¹⁹ Resolution 1820 (2008) Adopted by the Security Council at its 5916th meeting, on 19 June 2008 – United Nations Security Council, 2008

²⁰ Resolution 1889 (2009) Adopted by the Security Council at its 6196th meeting, on 5 October 2009 – United Nations Security Council, 2009

²¹ Resolution 1960 (2010) Adopted by the Security Council at its 6453rd meeting, on 16 December 2010 – United Nations Security Council, 2010

No ano de 2015, aquando da celebração do décimo quinto aniversário da Resolução 1325 [S/RES/1325 (2000)] o Conselho de Segurança da ONU aprova por unanimidade a Resolução 2242 (2015) para melhorar a implementação do texto de referência sobre as Mulheres, a Paz, a Agenda de Segurança. Uma das suas finalidades é de reforçar a integração das necessidades das mulheres e as perspetivas de género no seu trabalho (United Nations, 2015). No departamento da manutenção da paz, o Conselho de Segurança aconselha o Departamento de Operações de Manutenção da Paz e o Departamento de Assuntos Políticos a assegurarem que a análise de género e a especialização técnica em matéria de género fossem incluídas em todas as fases do planeamento da missão, desde desenvolvimento do mandato, da sua implementação, da revisão e da retirada da missão. Este incentiva o Secretário-Geral das Nações Unidas a implementar uma estratégia específica e eficaz com o propósito de duplicar o número de mulheres em operações de manutenção da paz nos próximos cinco anos.²²

No mesmo ano é lançado um relatório, que pela primeira vez incluía informações sobre a nacionalidade dos soldados da paz implicados nas alegações de abuso e exploração sexual (United Nations, 2021). Este relatório é atualizado todos os anos, facilitando assim a sua verificação a qualquer um.

Já no ano seguinte, mais concretamente a Março de 2016, o Conselho de Segurança da ONU adotou uma resolução 2272 (2016), no qual aborda a questão dos crimes cometidos pelos capacetes azuis, tendo como finalidade proteger as vítimas destes crimes e a noção de responsabilidade dos países contribuintes de tropas e policiais para investigar as alegações (United Nations, s/d). Esta resolução foi proposta pelos Estados Unidos da América e adotada por quase unanimidade, no qual o Egito se absteve. A votação foi realizada, devido ao facto de os países permanentes e não-permanentes do Conselho de Segurança, terem manifestado a sua preocupação com os relatos de abuso e exploração sexual por parte das forças de paz das Nações Unidas, pedindo ao Secretário-Geral das Nações Unidas Ban-Ki Moon que substitua todas as unidades militares ou policiais de qualquer país contribuinte que não tenha conseguido responsabilizar os agressores. Como dita a Resolução 2272 (2016) secção 2:

“Requests the Secretary-General, when a particular troop-contributing country whose personnel are the subject of an allegation or allegations of sexual exploitation and abuse has not taken

²² Resolution 2242 (2015) Adopted by the Security Council at its 7533rd meeting, on 13 October 2015 – United Nations Security Council, 2015

appropriate steps to investigate the allegation and/or when the particular troop- or police-contributing country has not held the perpetrators accountable or informed the Secretary-General of the progress of its investigations and/or actions taken, to replace all military units and/or formed police units of the troop- or police-contributing country in the United Nations peacekeeping operation where the allegation or allegations arose with uniformed personnel from a different troop- or police-contributing country, as applicable and further requests the Secretary-General to ensure that the replacement troop- or police-contributing country has upheld standards of conduct and discipline and appropriately addressed allegations against or confirmed acts, if any, of sexual exploitation and abuse by its personnel”²³

Esta resolução sublinha a importância do Conselho de Segurança de abordar os crimes de abuso e exploração sexual por parte das forças de paz, resultando numa mensagem de tolerância zero para tais violações. Após a adoção da resolução, a representante dos Estados Unidos da América, Samantha Power, ressalta que “esta resolução deixa claro que é nosso dever garantir e responsabilizar quando homens, crianças e mulheres são abusados pelos capacetes azuis que este Conselho envia para protegê-los”.²⁴

No ano de 2017 foi submetido um Relatório intitulado “*Special measures for protection from sexual exploitation and abuse: a new approach*” pelo Secretário-Geral, António Guterres, que descreve uma nova estratégia para acabar com a impunidade dos culpados dos crimes de abuso e exploração sexual.

Nesse mesmo ano, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, propôs a adoção de um acordo a todos os Estados-membros que apoiam as operações de paz e contribuem com as suas tropas no terreno. Este acordo é denominado por “*2017 UN Voluntary Compact on Preventing and Addressing Sexual Exploitation and Abuse in Peacekeeping*” e o seu objetivo principal é responder de forma séria aos crimes de abuso perpetrados pelos *peacekeepers*, através de medidas preventivas e de responsabilização. Este é um pacto voluntário que serve como um acordo público e não vinculativo (Comstock, 2022).

Este acordo foi introduzido como parte da campanha de “tolerância zero” e significa a obrigatoriedade de existência de responsabilidade mútua entre a ONU e os Estados-membros. 72

²³ “Resolution 2272 (2016) Adopted by the Security Council at its 7643rd meeting, on 11 March 2016” section 2 – United Nations Security Council, 2016

²⁴ Traduzido pela autora de: “This resolution makes clear that it is our job to ensure that it is accountability when men, children and women are abused by the blue helmets this council sends to protect them”. (UN Audiovisual Library, 2016)

Estados assinaram, imediatamente, o Pacto e outros 103 Estados assinaram o acordo. No entanto, 30 dos 120 países contribuintes de tropas (TCC) não assinaram o Pacto. Esses Estados não-signatários não possuem de um sistema jurídico internacional. Esta posição é salientada por Audrey Comstock ao referir que “*Avoidance of accountability measures may be an indication that Ethiopia and other non-signatories take the Voluntary Compact as more than a scrap of paper but as an additional international accountability mechanism.*” (Comstock, 2022, p. 6). Este Pacto obedece à designação de “soft law”, pois existem regras cujo valor normativo é limitado e que não são juridicamente obrigatórias. Este não tem capacidade de manter os Estados nos seus compromissos, constituindo uma grande desvantagem.

Se o Pacto Voluntário fosse juridicamente vinculativo, poderia resultar em medidas excepcionais capazes de responsabilizar os *peacekeepers* através de pressões adicionais sobre os Estados signatários.

Audrey Comstock (2022) após a sua investigação deparou-se com o facto de que a assinatura dos países contribuintes de tropas nas missões de manutenção da paz da ONU no Pacto, contribuiu para uma maior probabilidade de medidas pós-abuso, incluindo benefícios para as vítimas e a existência de punição contra os agressores. No entanto, esta constatou que não houve uma redução significativa dos abusos em si, pois o pacto é um acordo não-vinculativo, o que resulta na falta de obrigação dos TCC a alterar as suas jurisdições.

Até aos dias de hoje, continuam a ser implementadas medidas para conter e acabar com os crimes cometidos pelos capacetes azuis nas missões de paz da ONU, contudo verifica-se que ainda existe um grande número de abusos cometidos por estes transgressores. (United Nations, 2022). Solidificando a ideia que estas ações levadas a cabo pela organização e outras instituições são ineficazes, resultando no possível fracasso das missões de paz.

As conclusões retiradas são de que o abuso e exploração sexual por parte de trabalhadores das Nações Unidas não são incomuns. O relatório de Zeid de 2005 representou um ponto de viragem de como a ONU avalia e aborda esta problemática. Embora estes crimes não sejam o resultado de uma legislação defeituosa por si só, ter um quadro legal claro e prático é indispensável para o bom funcionamento das Operações de Manutenção de Paz.

É, por isso crucial que a resposta da ONU perante as denúncias de abuso e exploração sexual (AES) e as provas de violação seja imediata e completa, resultando na repatriação dos

acusados e o julgamento dos mesmos a nível nacional dos seus países de origem (Lutz, Gutmann e Brown, 2009, p.20).

Podemos afirmar que a política de prevenção de AES utilizada pela ONU é ineficaz para conter e prevenir a violência sexual nas operações de manutenção da paz. Em contraste, a ONU publicou dados que indicam uma queda nos valores de abuso e exploração sexual, apesar de o número de operações de manutenção da paz terem aumentado significativamente desde os anos 2000. Porém, existe uma suspeita relativa ao aumento do número de operações e o abrandamento de casos de abuso e exploração sexual. A diminuição dos números de abuso e exploração sexual apresentadas pela organização, nas operações de paz não decorre em conformidade com as políticas preventivas da ONU, mas sim, pelo facto de que as vítimas têm receio e deixam de reportar os abusos a que são alvo (Snyder, 2017, p.3).

Os crimes de abuso e exploração sexual podem ser reportados através de diferentes canais, incluindo o Gabinete de Serviços de Supervisão Interna da ONU (OIOS), se estiver presente no país, ou diretamente para o país contribuinte de tropas que é responsável pelas investigações relativas aos contingentes militares das suas tropas. No entanto, como mencionado anteriormente, não existe uma estrutura clara de denúncias para os casos que envolvem agressores civis.

Muitas das vítimas desses abusos desconhecem a quem podem denunciar um crime, e por consequência verifica-se a existência da confusão sobre quem e como uma alegação será seguida. Existe também uma tendência natural para as vítimas evitarem de denunciar/relatar os abusos que sofreram. Pois existe vergonha, trauma e um estigma social significativo associado à violência (Ferstman, 2017).

Conclusão

Esta dissertação de mestrado desenvolveu-se para compreender a problemática existente dentro das operações de manutenção da paz, levadas a cabo pela Organização das Nações Unidas, sendo esta os crimes de abuso e exploração sexual perpetrados pelos capacetes azuis, e se as várias estratégias adotadas pela mesma organização foram capazes de mitigar os relatos destes abusos.

Para tal, esta investigação apoiou-se num conjunto de pressupostos que demonstram a gravidade do problema de crimes de abuso e exploração sexual dentro da organização, como a questão da imunidade a que muitos funcionários da ONU estão sujeitos. Gerando um sentimento de impunidade para quem pratica estes crimes.

Para sustentar esta tese, apresentou-se, em primeiro lugar o modelo teórico, o Institucionalismo. O auxílio desta teoria passou por responder à pergunta de investigação norteadora sobre se as mais diversas ações tomadas pelas Nações Unidas e outras organizações internacionais foram suficientes para diminuir os casos de abuso e exploração sexual por parte dos capacetes azuis nas missões de paz. A teoria institucionalista é muito eficaz quando aborda a questão da cooperação no campo das instituições internacionais, argumentando com maior destaque e de maneira normativa que as instituições têm o potencial de se tornar facilitadoras de cooperação. Como foi dito anteriormente, as instituições têm a capacidade de moldar o comportamento dos indivíduos, encorajando-os a seguir normas e práticas que levam ao aparecimento da paz internacional.

Este quadro teórico advém do conceito neoliberal. O estudo acerca das organizações internacionais desenvolveu-se principalmente no século XX, com grande influência de processos históricos como, a criação da ONU após a Segunda Guerra, e o grande ativismo das organizações internacionais no final da Guerra Fria. A partir da década de 1970 e o fim do conflito bipolar, as organizações internacionais passaram a adquirir um papel central na política internacional, e um maior destaque nos estudos das Relações Internacionais. A teoria neoliberal supõe que os atores possuem interesses comuns e isto leva à escolha da cooperação entre si. Robert Keohane (1984), professor da teoria neoliberal afirma que, mesmo com as dificuldades de se estabelecer acordos, dadas as limitações do sistema internacional, não deve ser desvalorizado o potencial existente para a realização da cooperação, que pode ser concretizada por instituições internacionais.

O crescimento do estudo sobre as organizações e instituições internacionais na década de 1980 proporcionou a apresentação de uma nova denominação teórica, o institucionalismo. O estudo deste modelo teórico pode subjugar-se para melhor interpretar a utilização das operações de paz no sistema internacional. As operações de paz da Organização das Nações Unidas são, a principal ferramenta da organização para a gestão dos conflitos e promoção da segurança e paz internacionais. Kseniya Oksamytna e John Karlsrud (2020) argumentam que a evolução das operações de manutenção da paz muito se deve à teoria institucionalista. Isto é, as operações de paz podem ser vistas como uma instituição natural, onde as suas reformas institucionais impulsionam a mudança.

No entanto, os teóricos institucionalistas demonstraram as várias limitações e fragilidades das missões de manutenção da paz da ONU. Os recorrentes relatos de abuso e exploração sexual nestas operações mancham o nome da organização, o que provoca uma grande desconfiança nos indivíduos perante a instituição. As operações têm o propósito de acabar com os conflitos, restabelecer a paz e a segurança, como também a ajuda humanitária a países em clima de guerra, no entanto, em muitos casos verificam-se situações em que essa paz não é totalmente restabelecida.

Desse mesmo modo, foi apresentado uma premissa ao institucionalismo, o Feminismo Institucionalista que procura entender o porquê do aparecimento da prática dos crimes de abuso e exploração sexual nas operações de manutenção da paz da ONU.

Este posicionamento teórico de referência na compreensão das fragilidades das operações de paz e da ONU pretende dar mais importância à utilização do género como reflexão. Os institucionalistas feministas exploram como os conflitos têm efeitos negativos nos diferentes géneros, como por exemplo a violência, e como estes transformam a natureza de género no paradigma internacional e pessoal (Thomson, 2019).

A teoria contribui para este tipo de argumentos, reconhecendo que as ideias que constituem nações e instituições são inevitavelmente género. O homem é visto como um grupo social de proteção, onde se encontra soberano perante a mulher. Por outro lado, a mulher é vista como uma vítima à espera de ser salva em momentos desagradáveis. É, então importante para os teóricos feministas analisar como esses pressupostos sobre o papel do género condicionam o papel das operações de manutenção da paz e suas legitimações.

Nas situações de conflitos e violência, essas ideias e suposições são permanentes. As mulheres e os homens podem ser vítimas do conflito e da violência política, no entanto têm posições distintas. As mulheres têm sido retratadas como vítimas primárias do conflito, já os homens têm um papel de agentes e atores do conflito (Whitworth, 2004).

É, então importante para os teóricos feministas analisar como esses pressupostos sobre o papel do gênero condicionam o papel das operações de manutenção da paz e suas legitimações.

A participação masculina nestas operações é maior que a participação do gênero feminino, o que resulta numa desigualdade de gênero. Outra hipótese levantada pelos teóricos feministas relativa ao aumento de crimes de abuso e exploração sexual é a militarização destas missões. As identidades masculinas tornam-se hiper-masculinas devido às interações militares, no qual influenciam como os homens agem.

Existe uma grande ligação entre a presença militar durante e o pós-conflito e os casos de exploração sexual de mulheres. As mulheres sofreram os vários tipos de abuso sexual às mãos de soldados. A cultura machista presente nestas operações invalida o bom funcionamento das mesmas.

A análise da literatura permite a observação de que o papel do gênero, ao ser submetida no campo das Relações Internacionais e no entendimento das fragilidades das operações de manutenção da paz, reafirma que a Organização das Nações Unidas necessita de instaurar reformas mais capazes de mitigar esta problemática. A pertinência desta análise empreendida de forma clara e densa, no entanto, apenas faz sentido neste trabalho quando se consideram as estratégias adotadas pela ONU.

O capítulo seguinte apresenta o ponto principal de toda esta investigação, as operações de paz da ONU. A origem e evolução das missões de paz, as suas diferentes terminologias e quais as suas vantagens e desvantagens. As operações de manutenção de paz são vistas como instrumentos capazes de acabar com conflitos recorrentes em zonas onde existe violência, fome, corrupção e pobreza. No entanto, na sua maioria estas regiões são fustigadas por sociedades extremamente fragmentadas e por comportamentos normalizados que desafiam a paz e os direitos humanos. Essas sociedades incorporam regimes antidemocráticos, que muitas das vezes enaltecem a violência baseada no gênero. Tal como refere Murdie (2017), as missões de manutenção da paz da ONU com foco humanitário têm sido associadas a um melhor desempenho dos direitos humanos nos países de pós-conflito. A presença dos capacetes azuis tem uma

correlação com a diminuição da violência sexual. No entanto, com o auxílio da teoria feminista institucional, essa correlação nem sempre é a mais acertada. De acordo com o posicionamento de Vega e Haley Nelson (2006) existe uma grande ligação entre a presença militar durante e o pós-conflito e os casos de exploração sexual de mulheres. As mulheres sofreram os vários tipos de abuso sexual à mão de soldados, tendo aumentado nos recentes anos. Esta problemática é dramática, pois pouco ou nada é feito para evitar a situação.

Dentro desse mesmo capítulo é apresentado algumas críticas ao funcionamento das operações de manutenção da paz. A questão da imunidade é uma problemática que põe em causa a estrutura da Organização das Nações Unidas.

Os trabalhadores humanitários e ou *peacekeepers* das Nações Unidas recebem imunidade durante as operações de manutenção da paz suas ações nos países de acolhimento ao abrigo da Convenção de 1946 sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas. De acordo com o artigo 5º secção 18, alínea a) da Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas de 1946, os oficiais das Nações Unidas são “immune ao processo legal em relação às palavras faladas ou escritas e todos os atos por eles praticados na sua qualidade oficial”.

Essa imunidade ignora o problema dos crimes de abuso e exploração sexual por parte dos capacetes azuis nas missões de manutenção da paz da ONU. Os crimes de abuso e exploração sexual de civis por forças da paz e ou capacetes azuis tornou-se generalizado. Dada a falta de controlo forte por parte das Nações Unidas, os países contribuintes de tropas nestas operações são exigidos a tomar medidas quando essas forças cometem abuso e exploração sexual.

Embora as missões de manutenção da paz se destinem a promover o Estado de direito e a auxiliar os principais órgãos governamentais nos Estados de acolhimento, tem existido alegações de práticas criminosas tais como abuso e exploração sexual cometidos por capacetes azuis contra mulheres que vivem em situações vulneráveis.

Muitas das vezes, a organização falha na atuação de medidas capazes de responsabilizar os indivíduos pelos crimes que são sujeitos e que atuam sob sua alçada. Em vez disso, a sua decisão é proteger os agressores, proporcionando um manto de impunidade e imunidade para crimes e abusos.

Adicionalmente, os relatos de violação contra os *peacekeepers* parecem girar em torno de forças de paz militares em vez de soldados civis ou trabalhadores humanitários. O que reforça a

cultura machista e militarizada vivida dentro dessas operações apresentada inicialmente no Capítulo I. O ambiente de militarização masculina aumenta a predominância de crimes sexuais. Westendorf e Searle (2017) comprovam esse argumento ao demonstrar que os militares são os responsáveis pelo maior número de casos de abusos e exploração sexual, do que os trabalhadores civis.

Os estudiosos afirmam que a continuidade de crimes de abuso e exploração sexual nas operações de manutenção da paz da ONU é devido ao facto da falta de estabilidade nos países afetados por graves conflitos, onde o estado de direito está ausente, a dificuldade económica é persistente. Por consequência os capacetes azuis são vistos como amigáveis, resultando num maior aproveitamento do poder sobre a população local. A maioria dos países que necessitam de ajuda externa e consequentemente envolvimento de outros Estados para limitar o conflito interno, são países onde vigora uma cultura de violência sexual contra as mulheres.

No capítulo seguinte, encontramos o estudo de caso sobre as operações de manutenção da paz MINUSTAH e MONUSCO. Em ambas as operações verificaram-se relatos de acusações contra alguns capacetes azuis, como também a apresentação de medidas idealizadas contra estes tipos de abusos por parte da ONU e em concordância com outras organizações internacionais. Haiti e a República Democrática do Congo são bastante fustigados por conflitos internos, onde a violência sexual e pobreza são dominantes. Estes países tiveram intervenções militares e humanitárias, com o propósito de acabar com a guerra e promover a instauração do Estado de Direito e a paz.

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) iniciou a sua atividade a 10 de setembro de 2004, por meio da resolução 1542 (S/RES/1542), após a queda do presidente Jean-Bertrand Aristide. Esta resolução foi adotada por unanimidade pelos países permanentes e não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tendo lamentado todas as violações dos direitos humanos, particularmente contra a população, encorajando o Governo Transitório do Haiti tomar todas as medidas necessárias para pôr fim à impunidade e garantir que a promoção e proteção contínua dos direitos humanos. O país atravessava uma fase de instabilidade política e social aquando da instauração da missão de paz da ONU. As violações de direitos humanos eram recorrentes e cometidas tanto por grupos que apoiavam o governo quanto por grupos da oposição, surtos de violência nas comunidades e revoltas iniciadas por grupos rebeldes eram cada vez mais sonantes

Os principais objetivos desta missão eram apoiar o Governo Transitório, garantindo um ambiente seguro e estável dentro do qual o processo constitucional e político no Haiti se possa realizar. Auxiliar na restauração e manutenção do Estado de direito, proteger os civis sob ameaça iminente de violência física, apoiar o governo transitório, bem como as instituições e grupos haitianos de direitos humanos nos seus esforços para promover a proteção dos direitos humanos, em particular das mulheres e das crianças (Resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU, 2004).

O mandato inicial da missão de paz foi, por diversas vezes, reformulado e ajustado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. A MINUSTAH chegou ao fim no ano de 2017, durando 13 anos de mandato.

Por outro lado, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu a Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) através da resolução 1279 (S/RES/1279), de 30 de novembro do ano de 1999. O objetivo principal da resolução era observar o cessar-fogo, promover a manutenção da ligação com todas as partes integrantes do Acordo e a sua implementação. No entanto este sofreu várias mudanças estruturais, mais especificamente na alteração do seu nome. No ano de 2010, mais concretamente a 1 de Julho, o Conselho de Segurança da ONU renomeou a MONUC para Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), reafirmando a nova fase alcançada no país. A nova denominação da operação foi feita de acordo com a Resolução 1925 (S/RES/1925) do Conselho de Segurança do dia 28 de Maio do mesmo ano. O principal objetivo da missão era de proteger a população, utilizar todos os meios necessários para cumprir o seu mandato enviando pessoal humanitário e defensores dos direitos humanos sob a ameaça iminente de violência física, como também apoiar o governo da República Democrática do Congo nos seus esforços de estabilização e consolidação da paz.

A MONUSCO ainda se mantém em funcionamento e é, até agora, a maior missão de manutenção da paz da ONU.

Porém, foi possível verificar que aquando da intervenção da ONU no conflito de ambas as regiões, com o estabelecimento A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), a situação não era de total segurança. Vários foram os relatos de abuso e exploração sexual por parte dos capacetes azuis em ambas as missões. A autora da

presente investigação pretendeu apresentar que mesmo com a intervenção da organização, o clima de insegurança e instabilidade foi permanente.

Desde 2004, ambas as operações apresentaram vários relatos de abuso e exploração sexual por parte dos soldados da paz, no entanto essas denúncias não eram divulgadas nas fontes oficiais da Organização das Nações Unidas. Não obstante, desde 2007, as denúncias de abuso e exploração sexual começaram a ser apresentadas na página oficial da organização para que qualquer um possa ver. De acordo com os dados oficiais da ONU, desde 2007 a 2017 foram reportados 114 casos de abuso e exploração sexual na MINUSTAH e na Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) foram denunciados 343 casos (United Nations, 2022).

Estes valores representam a problemática vigente dentro das operações de manutenção da paz.

O capítulo seguinte aponta quais as medidas tomadas pela Organização das Nações Unidas para retroceder os valores de abuso e exploração sexual. Tornou-se indispensável articular os conceitos trabalhados no capítulo I e posteriormente com o capítulo II.

Várias foram as medidas efetuadas pela ONU para mitigar os crimes de abusos e exploração sexual por parte dos capacetes azuis nas operações de paz desde 2004 até 2017. A ONU refere que abuso sexual é qualquer intrusão física real ou ameaçada de natureza sexual, seja à força ou em condições desiguais ou coercivas. E que exploração sexual resulta da tentativa de uma posição de vulnerabilidade, poder ou confiança, para fins sexuais, incluindo, mas não se limitando a, lucrar monetariamente, social ou politicamente a partir da exploração sexual de outro (ONU, 2003).

De acordo com os relatórios anuais intitulados “*Special measures for protection from sexual exploitation and sexual abuse*”, no ano de 2004 foram reportados 121 casos de violência sexual. Em 2005 o número subiu para 340 e em 2006, foram relatados 357 casos de exploração e abuso sexual. No ano seguinte o relatório intitulado “*No one to turn to – The under-reporting of child sexual exploitation and abuse by aid workers and peacekeepers*” observa que 341 crianças foram vítimas de abuso por parte das tropas de paz na Costa do Marfim, sul do Sudão e no Haiti. (BBC Brasil, 2008). Nos anos mais recentes, nomeadamente nos anos de 2016 e 2017 foram reportados 103 casos de abuso e 62 casos denunciados respetivamente. (Nações Unidas, 2019).

A partir da investigação da denúncia de crimes cometidos pelos capacetes azuis na operação de manutenção da paz realizada na República Democrática do Congo, foram elaboradas algumas recomendações à ONU que resultaram na realização do Relatório Zeid, em Março de 2005. Estas recomendações sugeriam a reformulação do Secretariado da ONU como dos Estados-membros, propondo também a garantia de assistência às vítimas destes abusos (Soprani, 2018).

Este relatório detalha os crimes de abuso e exploração sexual de mulheres e meninas, sendo vítimas da troca de sexo por dinheiro, comida ou trabalho. Muitos destes atos de violação eram classificados como prostituição, pois as vítimas recebiam presentes após a agressão. Muitas dessas vítimas acabavam abandonadas e com filhos para criar, sendo que muitas delas engravidavam dos *peacekeepers* (Defeis, 2008).

O relatório de Zeid de 2005 representou um ponto de viragem de como a ONU avalia e aborda esta problemática. Embora estes crimes não sejam o resultado de uma legislação defeituosa por si só, ter um quadro legal claro e prático é indispensável para o bom funcionamento das Operações de Manutenção de Paz.

A ONU demonstrou capacidade para reverter esta situação, produzindo inúmeros regulamentos que têm como propósito diminuir e chamar à atenção sobre os vários crimes de abuso e exploração sexual nas missões de manutenção da paz, por parte dos capacetes azuis. Todas as medidas positivas acima mencionados pela organização para travar esta tendência não são tidas sem limitações. Primeiro, a participação de mulheres nas operações de manutenção da paz não é proporcional. Ainda é possível verificar uma desigualdade entre os valores da taxa de participação masculina e a feminina nestas missões. Uma cultura machista e militarizada dentro do seio das operações contraria o propósito destas, sendo este acabar com o conflito armado, auxiliando o Estado com processos democráticos, instaura o Estado de Direito a paz e a segurança nacionais.

Muitas das propostas para reestruturar as operações de paz reconhecem a necessidade de empregar mais mulheres nestas missões. Foram apresentados seis resoluções que tinham como propósito aumentar o número de pessoal feminino *peacekeeper* e consequentemente diminuir os casos de abuso e exploração sexual. Estas resoluções acontecem em concordância com a primeira resolução sobre a contratação de mais mulheres nas operações de paz. A resolução 1325 [S/RES/1325 (2000)] do Conselho de Segurança sobre as Mulheres e a paz e a segurança no ano de 2000 afirma a importância da participação das mulheres e a inclusão das perspectivas

de género nas negociações de paz, no planeamento humanitário, nas operações de manutenção da paz e na construção e governação pós-conflito. Em 2008 a Resolução 1820 (S/RES/1820) apela à formação de tropas na prevenção e resposta à violência sexual, ao destacamento de mais mulheres para as operações de paz. No ano de 2009 a adoção de mais duas resoluções - SCR 1888 e SCR 1889 - tinham o propósito de reforçar os elementos das resoluções anteriormente adotadas. A Resolução 1960 [S/RES/1960 (2010)] adotada por unanimidade em 2010, tinha como objetivo principal apelar ao fim da violência sexual nos conflitos armados, nomeadamente contra as mulheres e raparigas, prevendo a adoção de medidas destinadas a pôr fim à impunidade dos autores da violência sexual, nomeadamente através de sanções.

No ano de 2015, após 15 anos da adoção da resolução 1325, é adotada a Resolução 2242 (2015) que pretende melhorar a implementação do texto de referência sobre as Mulheres, a Paz, a Agenda de Segurança. Uma das suas finalidades é de reforçar a integração das necessidades das mulheres e as perspetivas de género no seu trabalho (United Nations, 2015). Em Março de 2016, o Conselho de Segurança da ONU adotou uma resolução 2272, no qual aborda a questão dos crimes cometidos pelos capacetes azuis, tendo como finalidade proteger as vítimas destes crimes e a noção de responsabilidade dos países contribuintes de tropas e policiais para investigar as alegações (United Nations, s/d). Esta resolução sublinha a importância do Conselho de Segurança de abordar os crimes de abuso e exploração sexual por parte das forças de paz, resultando numa mensagem de tolerância zero para tais violações.

No entanto, mesmo com a adoção de seis resoluções por parte do Conselho de Segurança da ONU para incentivar os seus Estados-membros a aumentar o número de pessoal feminino na manutenção da paz, esse número está aquém do esperado. Só 29,9% do pessoal civil/humanitário é mulher, e 7,8% do pessoal militar e policial é do género feminino (United Nations, 2022).

Uma das problemáticas para esta desigualdade é que muitos países contribuintes de tropas (TCC) estão a falhar nas propostas apresentadas pela organização. Poucos são os países que conseguiram atingir as metas iniciais, de aumentar o número da participação de pessoal feminino nas operações de manutenção da paz. Outro desafio vigente é como as mulheres são destacadas para as missões e em que papéis lhe são atribuídos. O foco parece ser apenas em aumentar os números de participação feminina. O caso frequentemente feito de que as mulheres podem acrescentar valor às missões, envolvendo-se com as comunidades locais, servindo de modelos, prestando apoio às vítimas de violência sexual, e auxiliando a eficácia operacional no entanto exista a preocupação de que as mulheres estejam a ser “instrumentalizadas”.

É necessário contextualizar as contribuições das mulheres e dar maior ênfase aos benefícios que as mulheres e os homens – grupo de gênero com maior representatividade – trazem para a manutenção da paz.

Da mesma forma, ao concentrar-se no “valor acrescentado” das mulheres *peacekeepers*, existe também preocupações de que possam ser desconsideradas para determinados papéis em missões, como por exemplo desempenhos militares e conseqüentemente consideradas para papéis deliberados, neste caso que sejam culturalmente femininos. Pois poucas são as mulheres destacadas numa determinada área da missão. Para além de não terem recebido formação para estas funções podem ser-lhes negadas outras oportunidades para desempenhar funções, o que significa que não lhes estão a ser oferecidas oportunidades iguais para aplicarem as suas competências ou progredirem nas suas carreiras.

A colocação de mais mulheres em funções administrativas e médicas pode contornar a estratégia uniforme de paridade de gênero. Os objetivos estabelecidos para melhorar a paridade entre mulheres e homens nas missões de manutenção da paz, têm o potencial de aumentar não só a participação das mulheres, mas também reforçar a eficácia das operações, através de uma representação mais igualitária em termos de gênero.

No entanto, isso exigirá que os países contribuintes de tropas (TCC) implementem reformas e aumentem a participação das mulheres nas suas instituições militares e policiais de forma a promover a igualdade de gênero e igualdade de oportunidades. Mais mulheres na manutenção da paz significa uma manutenção da paz mais eficaz.

E para responder à pergunta de investigação apresentada na Introdução “*As reformas efetuadas pela ONU foram suficientes para diminuir os crimes de abuso e exploração sexual por parte dos capacetes azuis nas missões de paz?*” Considera-se que, apesar da apresentação rápida de reformas que têm o propósito de pôr fim aos crimes de abuso e exploração sexual por parte dos soldados da paz que estiveram ao serviço da ONU no anos de 2004 a 2017, hoje em dia continuam a ser implementadas medidas para conter e acabar com os crimes cometidos pelos capacetes azuis nas missões de paz da ONU, os números de crimes sexuais diminuíram nos últimos anos, contudo verifica-se que ainda existe um grande número de abusos cometidos por estes agressores (United Nations, 2022). Solidificando a ideia que estas ações levadas a cabo pela organização e outras instituições são ineficazes, resultando no possível fracasso das missões de paz.

É possível reconhecer que a utilização de missões de manutenção da paz em cenários de conflito, foram capazes de alcançar algumas importantes metas, como a diminuição do conflito e/ou resolução do mesmo, a transferência pacífica do poder e uma notável melhora na situação de segurança nestas regiões. No entanto, os vários escândalos de relatos de abuso e exploração sexual enfraqueceram o sucesso geral das operações. O aspecto negativo da ONU em dar uma melhor assistência às vítimas, e a sua falha de responder efetivamente à crise, constitui um erro grave no contexto dos direitos humanos. A ausência de uma política específica de legislação penal contra os infratores resulta numa inconsistência do funcionamento da manutenção da paz. A imunidade dos seus trabalhadores põe em causa a eficácia das operações, pois a maioria dos agressores não são julgados pelos seus crimes, causando uma impunidade sistémica.

Posto isto, a utilização de políticas e quadros jurídicos abrangentes e fortes que abordam os crimes de abuso e exploração sexual, contribuirá para o sucesso global das missões de manutenção da paz.

Bibliografia

Fontes primárias:

Carta das Nações Unidas. “Carta das Nações Unidas: e o Estatuto da Tribunal Internacional de Justiça”, Acedido em 9 de Julho de 2021. [https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf](https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf).

Convention on the Privileges and Immunities of the U.N. art. V, section 18 a. “Convention on the Privileges and Immunities of the U.N: Adopted by the General Assembly of the United Nations on 13 February 1946”. Acedido em 10 Agosto de 2021. <https://www.un.org/en/ethics/assets/pdfs/Convention%20of%20Privileges-Immunities%20of%20the%20UN.pdf>.

UN Audiovisual Library. 2016. “7643rd Security Council Meeting: Sexual Exploitation and Abuse in Peacekeeping Operations”. Acedido em 10 de Agosto de 2021. <https://www.unmultimedia.org/avlibrary/asset/1581/1581415/>

United Nations General Assembly. “Model status-of-forces agreement for peace-keeping operations”, 1990.

United Nations General Assembly. “Revised draft model memorandum of understanding between the United Nations and [participating State] contributing resources to [the United Nations Peacekeeping Operation]”, 2006.

United Nations Security Council. “RESOLUTION 1279 (1999) Adopted by the Security Council at its 4076th meeting, on 30 November 1999”, 1999.

United Nations Security Council. “Resolution 1325 (2000) Adopted by the Security Council at its 4213th meeting, on 31 October 2000”, 2000.

United Nations Security Council. “Resolution 1542 (2004) Adopted by the Security Council at its 4961st meeting, on 30 April 2004”, 2004.

United Nations Security Council. “Resolution 1820 (2008) Adopted by the Security Council at its 5916th meeting, on 19 June 2008”, 2008.

United Nations Security Council. “Resolution 1889 (2009) Adopted by the Security Council at its 6196th meeting, on 5 October 2009”, 2009.

United Nations Security Council. “Resolution 1908 (2010) Adopted by the Security Council at its 6261st meeting, on 19 January 2010”, 2010.

United Nations Security Council. “Resolution 1925 (2010) Adopted by the Security Council at its 6324th meeting, on 28 May 2010”, 2010.

United Nations Security Council. “Resolution 1960 (2010) Adopted by the Security Council at its 6453rd meeting, on 16 December 2010”, 2010

United Nations Security Council. “Resolution 2242 (2015) Adopted by the Security Council at its 7533rd meeting, on 13 October 2015”, 2015

United Nations Security Council. “Resolution 2272 (2016) Adopted by the Security Council at its 7643rd meeting, on 11 March 2016” secção 2, 2016.

United Nations Security Council. “Resolution 2348 (2017) Adopted by the Security Council at its 7910th meeting, on 31 March 2017”, 2017.

Fontes Secundárias:

ABC News. 2012. “Haiti Outrage: UN Soldiers from Sex Assault Video Freed”. Acedido em 14 de Março de 2022. <https://abcnews.go.com/Blotter/soldiers-held-sexassaultfreed/story?id=15306826#.20%20Tws0UJizCEM>.

Ackerly, Brooke A., Maria Stern, e Jacqui True, eds. *Feminist Methodologies for International Relations*. Cambridge University Press, 2006. doi: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511617690>

Anania, Jessica Nagel, Robert U., e, Angelina Mendes. “Preventing Sexual Exploitation and Abuse by Male Peacekeepers”. United States: *United States Institute of Peace*, Setembro de 2020.

BBC Brasil. 2008. “ONG denuncia novos abusos de crianças por tropas de paz”. Acedido em 10 de Julho de 2021. https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080527_relatorioabusocrianças_np

BBC Brasil. 2013. “ONU não indenizará vítimas da cólera no Haiti”. Acedido em 11 de Julho de 2021. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/02/130215_haiti_colera_indenizacoes_lk

BBC UK. 2007. “S Lanka troops 'abused Haitians'”. Acedido em 13 de Março de 2022. http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/south_asia/7075866.stm

Bell, Stephen. “Institutionalism: Old and New”, 1–13, 2005. DOI:10.4337/9781843768661.00081

Bellamy, Alex J., Paul D. Williams, e Stuart Griffin. *Understanding Peacekeeping*. 2.^a ed. Cambridge: Polity Press, 2010.

Blanco, Ramon. “Del mantenimiento de la paz al proceso de formación del Estado: un esbozo de los esfuerzos de la ONU para la paz internacional”, *Foro Internacional*, LIV, n. 2 (2014): 266–318.

Branco, Carlos Martins. “As Nações Unidas e as Operações de Paz: uma Perspectiva Organizacional”, *Nação e Defesa*, n. 104 (2003): 97–127.

Buzan, Barry, e Lene Hansen. *A evolução dos estudos de segurança internacional*. 1.^a ed. São Paulo: UNESP, 2012.

Carver, Terrell, Marysia Zalewski, Helen Kinsella. R. Charli Carpenter. 2003. “Gender and International Relations.” *International Studies Review*. 5: 287-302.

Cedric de Coning, Mateja Peter. *United Nations Peace Operations in a Changing Global Order*. 1.^a ed. Suíça: Grave Macmillan, 2019. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-99106-1>.

Clayton, Govinda, e Han Dorussen. “The effectiveness of mediation and peacekeeping for ending conflict”, *Journal of Peace Research*, 59, n. 2 (2021). <https://doi.org/10.1177/0022343321990076>.

Colares, Luciano. “Organismo Internacional”, *Diálogo*, n. 16 (2010): 125–141. <http://dx.doi.org/10.18316/74>.

Comstock, Audrey L. “The UN voluntary compact and peacekeeping abuse: assessing a soft law solution for sexual exploitation and abuse”, *The International Journal of Human Rights*, 2022. <https://doi.org/10.1080/13642987.2022.2131774>.

Connie de la Vega and Chelsea E. Haley Nelson. The Role of Women in Peacekeeping and Peacemaking: Devising Solutions to the Demand Side of Trafficking, 12 *Wm. & Mary J. Women & L.* 437 (2006), <https://scholarship.law.wm.edu/wmjowl/vol12/iss2/7>.

Deen-Racsmany, Zsuzsanna. ““Exclusive” Criminal Jurisdiction over UN Peacekeepers and the UN Project(s) on Criminal Accountability: A Self-Fulfilling Prophecy?”, 2014, 1–23. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2488424>.

Defeis, Elizabeth F. “U.N. Peacekeepers and Sexual Abuse and Exploitation: An End to Impunity”. *Washington University Global Studies Law Review* 7, n. 2 (2008): 186–214.

Durand, Lauren. “How Did the Brahimi Report Improve the Effectiveness of UN Peacekeeping Operations?”, *E- International Relations*, 2012, 1–5.

Ferstman, Carla. “Criminalizing Sexual Exploitation and Abuse by Peacekeepers”. *US Institute of Peace*, 2013.

Ferstman, Carla. “Sexual Exploitation and Abuse in Peacekeeping Operations Improving Victims’ Access to Reparation, Support and Assistance”. *REDRESS*, 2017. <http://repository.essex.ac.uk/21768/1/REDRESS-peacekeeping-report-English.pdf>.

Fortes, Ana Rachel. “As operações de paz da ONU como um mecanismo de neoliberalismo disciplinar: O caso de Angola (1988-2002)”, *Conjuntura Internacional*, 15, n. 3 (2018): 29–36. <https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2018v15.n3.p28>.

Freedman, Rosa. “UNaccountable: A New Approach to Peacekeepers and Sexual Abuse”, *European Journal of International Law*, 29, n. 3 (2018): 962–85. <https://doi.org/10.1093/ejil/chy039>.

Grady, Kate. “Sexual Exploitation and Abuse by UN Peacekeepers: A Threat to Impartiality”, *International Peacekeeping*, 17, n. 2 (2010): 215–28. <https://doi.org/10.1080/13533311003625100>.

Hamilton, Alison, B., e Erin Finley P. “Reprint of: Qualitative methods in implementation research: An introduction”, *Psychiatry Research*, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2019.112629>.

Hegre, Håvard, Lisa Hultman, e Håvard Mokleiv Nygård. "Evaluating the Conflict-Reducing Effect of UN Peacekeeping Operations", *The Journal of Politics*, 81, n. 1 (2019). <https://doi.org/10.1086/700203>.

Hernandez, Brianna Nicole. "Sexual Abuse in UN Peacekeeping: The Problem of Viewing Women as a 'Quick Fix'", *E-International Relations*, 2020, 1–5.

Higate, Paul. "Peacekeepers, Masculinities, and Sexual Exploitation", *Men and Masculinities*, 10, n. 1 (2007): 100–114. <https://doi.org/10.1177/1097184X06291896>.

Howard, Lise Morjé. *Power in Peacekeeping*. Washington DC: Cambridge University Press, 2019.

Jennings, Kathleen. "The Immunity Dilemma: Peacekeepers' Crimes and the UN's Response", *E-International Relations*, 2017, 1–3.

Johnson, Tana, e Andrew Heiss. "Liberal Institutionalism". Em *International Organization and Global Governance*, 2.^a ed., 123–34. Londres: Routledge, 2018.

Karim, Sabrina, e Kyle Beardsley. "Explaining Sexual Exploitation and Abuse in Peacekeeping Missions: The Role of Female Peacekeepers and Gender Equality in Contributing Countries", *Journal of Peace Research*, 56, n. 1 (2016): 6–26. <https://doi.org/10.1177/0022343315615506>.

Keohane, Robert. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

Keohane, Robert. "Institutional theory and the realist challenge". Em *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*, 269–300. Columbia University Press, 1993.

Keohane, Robert, e Lisa Martin. "The promise of institutionalist theory". The MIT Press, *International Security*, 20, n. 1 (1995): 39–51. <https://doi.org/10.2307/2539214>.

Krasner, Stephen D. *Structural Conflict: The Third World Against Global Liberalism*. Vol. 12. Berkeley: University of California Press, 1985.

Lutz, Catherine, Matthew Gutmann, e Brown. "Conduct and Discipline in UN Peacekeeping Operations: Culture, Political Economy and Gender", *Watson Institute for International Studies Research Paper*, 2009, 1–23. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2323758>.

Martin, Sarah, e Peter Gantz. “Haiti: Sexual Exploitation by Peacekeepers Likely to be a Problem”, *Refugees International*, 2005. <https://www.refworld.org/docid/47a6eeb40.html>.

Mendes, Pedro Emanuel. “As teorias principais das Relações Internacionais: Uma avaliação do progresso da disciplina”, *Relações Internacionais*, 61 (2019): 99–102. <https://doi.org/10.23906/ri2019.61a08>.

Murdie, A. (2017). R2P, Human Rights, and the Perils of a Bad Human Rights Intervention, *Global Responsibility to Protect*, 9(3), 267-293. <https://doi.org/10.1163/1875984X-00903004>

Nações Unidas. 2019. “Exploração e abuso sexual: ONU diz que abordagem centrada na vítima produz resultados positivos”. Acedido em 9 de Julho de 2021. <https://news.un.org/pt/story/2019/03/1664711>

Nações Unidas. 2019. “ONU avalia presença da organização e de tropas no Haiti”. Acedido em 11 de Julho de 2021. <https://news.un.org/pt/story/2019/01/1655772>

Nações Unidas. 2010. “ONU quer 20% de policiais femininas em missões de paz”. Acedido em 13 de Março de 2022. <https://news.un.org/pt/story/2010/06/1346081>

Nordås, Ragnhild, e Siri C. A. Rustad. “Sexual Exploitation and Abuse by Peacekeepers: Understanding Variation”, *International Interactions*, 39, n. 4 (2013): 511–30. <https://doi.org/10.1080/03050629.2013.805128>.

O'Brien, Melanie. “Protectors on trial? Prosecuting peacekeepers for war crimes and crimes against humanity in the International Criminal Court”, *International Journal of Law, Crime and Justice*, 40 (2012). <https://doi.org/10.1016/j.ijlcrj.2012.03.006>.

Oksamytna, Kseniya, e John Karlsrud, eds. *United Nations Peace Operations and International Relations Theory: An Introduction*. 1.^a ed. Manchester University Press, 2020.

Pinto Arena, Maria do Céu. *As Nações Unidas e a Manutenção da Paz: e as Actividades de Peacekeeping doutras Organizações Internacionais*. Almedina, 2007.

Pinto Arena, Maria do Céu. “As operações de paz de peacekeeping”. Em *As Nações Unidas: a sociedade internacional e os desafios da governança global*, 88 –139. Braga: UMinho Editora, 2019.

Pinto, Danielle Jacon Ayres, Bibiana Poche Florio, e Maria Eduarda Piacentini. “A responsabilidade internacional das Nações Unidas frente à conduta dos agentes da paz: uma visão crítica”, *Revista da Escola de Guerra Naval*, 23, n. 3 (2017): 756–780.

Pugh, Michael. “Peacekeeping and IR theory: Phantom of the opera?”, *International Peacekeeping*, 10 (2003): 104. <https://doi.org/10.1080/13533310308559351>.

Richardson, James, L. “The New Liberalism”. Em *The Oxford Handbook of International Relations*, por Christian Reus-Smit, 222–230. Oxford University Press, 2008.

Saleh, Yahaya Garba, Ali Usman Danwanzam, e Amon Rimamtanung Stephen. “Neoliberalism and International Organizations”, *Scholedge International Journal of Multidisciplinary & Allied Studies*, 6 (2019): 113–118.

Sarjoon, Athambawa, e Mohammed Agus Yusoff. “The United Nations Peacekeeping Operations and Challenges”, *Academic Journal of Interdisciplinary Studies*, 8, n. 3 (2019): 203–10. <https://doi.org/10.36941/ajis-2019-0018>.

Simic, Olivera. “Moving beyond the Numbers: Integrating Women into Peacekeeping Operations”. Acedido em 4 de Agosto de 2021. https://www.resdal.org/wps_sp/assets/moving-beyond-the-numbers.pdf.

Snyder, Mark. “Sexual exploitation and abuse at the hands of the United Nation’s Stabilization Mission in Haiti”. UN SEA, Janeiro de 2017. https://cepr.net/images/documents/UNSEA_11JAN17_FINAL.pdf.

Soprani, Carolina. “Abuso e Exploração Sexual nas Operações de Paz da ONU”, *Conflitos Internacionais*, 5, n. 6 (2018): 1–6.

Steans, Jill. *Gender and International Relations: Theory, Practice, Policy*. 3.^a ed., 2013.

Steinmo, Sven. “Historical institutionalism”. Em *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective*, editado por Donatella Della Porta e Micheal Keating, 118–136. New York: Cambridge University Press, 2008.

Sutera, Sofia. “Sexual Exploitation and Abuse in Peacekeeping: Making Human Rights Obligations Universal”, *Peace Human Rights Governance*, 4, n. 2 (2020): 161–188. <https://doi.org/10.14658/pupj-phrg-2020-2-1>.

Taniguchi, Trevor, H. “Understanding and the Interpretive Approach in International Relations”, *The International Journal of Science and Society*, 5, n. 2 (2014): 53–64. <https://doi.org/10.18848/1836-6236/CGP/v05i02/51423>.

Thomson, Jennifer. “Resisting gendered change: Feminist institutionalism and critical actors”, *International Political Science Review*, 39, n. 2 (2018): 1–11. <https://doi.org/10.1177/0192512116677844>.

Thomson, Jennifer. “The Women, Peace, and Security Agenda and Feminist Institutionalism: A Research Agenda”, *International Studies Review*, 21, n. 4 (2019): 598–613. <https://doi.org/10.1093/isr/viy052>.

United Nations. s/d. “Addressing sexual exploitation and abuse”. Acedido em 9 de Julho de 2021. <https://conduct.unmissions.org/addressing>.

United Nations. 2022. “Sexual exploitation and abuse”. Acedido em 9 de Julho de 2022. <https://conduct.unmissions.org/table-of-allegations>.

United Nations. s/d. “MONUSCO Background”. Acedido em 13 de Julho de 2021. <https://monusco.unmissions.org/en/background>

United Nations. s/d. “Middle East – UNEF I. Background”. Acedido em 18 de Fevereiro de 2022. <https://peacekeeping.un.org/en/mission/past/unef1backgr1.html>

United Nations. 2022. “Sexual Exploitation and Abuse”. Acedido em 11 de Fevereiro de 2022. <https://conduct.unmissions.org/sea-data-introduction>

United Nations. 2015. “Security Council Unanimously Adopts Resolution 2242 (2015) to Improve Implementation of Landmark Text on Women, Peace, Security Agenda”. Acedido em 13 de Março de 2022. <https://press.un.org/en/2015/sc12076.doc.htm>

United Nations. 2022. “WOMEN IN PEACEKEEPING A KEY TO PEACE”. Acedido em 14 de Março de 2022. https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/wipk_infographic_2022.pdf

United Nations Peacekeeping. s/d. “Our History”. Acedido em 9 de Julho de 2021. <https://peacekeeping.un.org/en/our-history>.

United Nations Peacekeeping. s/d. “Where we operate”. Acedido em 9 de Julho de 2021. <https://peacekeeping.un.org/en/where-we-operate>.

UN News. 2005. "UN probing rape allegations against peacekeepers in Haiti". Acedido em 13 de Março de 2022. <https://news.un.org/story/2005/02/129882>

UN News. 2004. "UN civilian worker in DR of Congo accused of child molestation". Acedido em 15 de Março de 2022. <https://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/un-civilian-worker-dr-congo-accused-child-molestation>

Vezina, Renee. "Combating Impunity in Haiti: Why the ICC Should Prosecute Sexual Abuse by UN Peacekeepers", *Ave Maria International Law Journal*, 1, n. 2 (2012).

Walter, Barbara F., Lise Morje Howard, e V. Page Fortna. "The Extraordinary Relationship between Peacekeeping and Peace", *British Journal of Political Science*, 51, n. 4 (2020): 1705-1722. <https://doi.org/10.1017/S000712342000023X>.

Westendorf, Jasmine-Kim, e Louise Searle. "Sexual exploitation and abuse in peace operations: trends, policy responses and future directions", *International Affairs*, 93, n. 2 (2017): 365–87. <https://doi.org/10.1093/ia/iix001>.

Williams, Mike. "Fears over Haiti child 'abuse'". *BBC News*, 2006. Acedido em 13 de Março de 2022. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/6159923.stm>

Williams, Paul. "Security Studies: An Introduction. In: Security Studies: An Introduction". Em *Security Studies*, 2.^a ed., 1–12. Oxford: Routledge, 2008.

Whitworth, Sandra. *Men, Militarism, and UN Peacekeeping: A Gendered Analysis*. Lynne Rienner Publishers, 2004, p. 27-30

Zachara, Małgorzata. "Can Institutions Save the World? Neoliberal Institutional Perspective on Global Governance". *Stosunki Międzynarodowe – International Relations* 55 no. 1 (2019): 41-57. doi:10.7366/020909611201903.